CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS

I JEU

JORNADA EXTENSIONISTA UNIFAEMA

ARIQUEMES - 2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA - UNIFAEMA

PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANAIS I JEU ARIQUEMES 2024

I JORNADA EXTENSIONISTA UNIFAEMA

CONECTANDO SABERES

Ariquemes, RO

2024

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons. Desde que citada a fonte, para fins de estudo e pesquisa, autorizamos a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico.

Os resumos assinados nesta publicação, assim como a revisão textual e o uso adequado das Normas de formatação da ABNT, são de inteira responsabilidade dos seus autores.

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C397a Centro Universitário Faema – Unifaema.

Anais da I Jornada Extensionista Unifaema: conectando saberes [recurso eletrônico] / Centro Universitário Faema – Unifaema. Ariquemes: Editora Unifaema, 2024.

85 f.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-984435-0-4

1. Educação. 2. Educação Superior. 3. Graduação. 4. Atividade Extensionista. 5. Resumo Simples. I. Título. II. Editora Unifaema.

CDU 378.6
CDD 378.6

Bibliotecária Responsável
Herta Maria de Açucena do N. Soeiro
CRB 1114/11

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

Reitor
Airton Leite
Vice-Reitora
Jessica de Sousa Vale
Pró-Reitora Acadêmica
Filomena Maria Minetto Brondani
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Jéssica Castro dos Santos

Comissão Organizadora
Joani Paulus Covaleski
Jéssica Castro dos Santos

Comissão Cientifica
Jociel Honorato de Jesus
Roemir Peres Machado Moreira
Lincoln de Souza Lopes
Hudson Carlos Avancini Persch
Felipe Cordeiro de Lima
Yesica Nunez Pumariega
Evelin Samuelson
Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan
Camila Valera Reis Henrique
Bruno Neves da Silva
Thays Dutra Chiarato Verissimo
Silênia Priscila da Silva Lemes
Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos

EDITORAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Organizadores
Joani Paulus Covaleski
Jéssica Castro dos Santos
Jessica de Sousa Vale
Evelin Samuelson
Herta Maria de Açucena do Nascimento Soeiro

Estrutura e edição
Joani Paulus Covaleski

Revisão de texto, capa e imagens
Comissão Organizadora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8

FITOTOXIDADE DE HERBICIDAS AUXÍNICOS EM *Brachiaria brizantha cv*. MARANDU 9

CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS DO CAPIM ELEFANTE (*Pennisetum purpureum Schum*) BRS CAPIAÇU EM FUNÇÃO DA APLICAÇÃO DE FÓSFORO NO VALE DO JAMARI-RO 11

PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E SUA DESVALORIZAÇÃO 13

SEMEADURA NA CULTURA DO MILHO EM SAFRA SEQUENCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO 15

INFLUÊNCIA DE ZINCO NOS COMPONENTES PRODUTIVOS DE ARROZ DE TERRAS ALTAS NO VALE DO JAMARI-RO 17

VIABILIDADE ECONOMICA DO CONFINAMENTO DE BOVINOS NO MUNIÍPIO DE ARIQUEMES-RO 19

SUBSTRATOS PARA A PRODUÇÃO DE PIMENTÃO VERDE 21

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CAMINHABILIDADE NA ALAMEDA DO IPÊ, EM ARIQUEMES/RO. 23

RECREAÇÃO, JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 25

CONVERSÃO ALIMENTAR DO PIAUÇU (*Leporinus macrocephalus*) EM SISTEMA RACEWAY NO PERÍODO JUVENIL 27

PSICOLOGIA, ÉTICA E RELIGIÃO 29

A FORMAÇÃO E A PATOLOGIA DA PERSONALIDADE PARA MELANIE KLEIN 31

IMPACTOS NO DESEMPENHO COGNITIVO E BEM-ESTAR EMOCIONAL DA PRIVAÇÃO DE SONO EM HUMANOS ADULTOS 33

PRESENÇA DE INFILTRAÇÃO COMO FATOR PATOLÓGICO EM RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES NA CIDADE DE ARIQUEMES-RO 35

ENFERMAGEM E OS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA REALIDADE POSSÍVEL PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS 37

O PRECONCEITO ENRAIZADO COM CRIANÇAS ADOTADAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS 40

A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE FERIDAS _____ 43

ENFRENTAMENTO À DEPRESSÃO EM PORTO VELHO - RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM AMPLIADA SOBRE UM DESAFIO COMPLEXO _____ 45

TRANSDISCIPLINARIDADE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM JUNTO À CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA_____ 47

OS IMPACTOS DA LGPD NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS _____ 49

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ATO INVIZIBILIDADO NO ESTADO DE RONDÔNIA _ 51

AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE HÍDRICA EM ARIQUEMES/RO E MEDIDAS DE GESTÃO _____ 53

PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO EM ÁREAS DE PRESENVAÇÃO PERMANENTE – APP NA AMAZÔNIA LEGAL _____ 55

OS IMPACTOS DA ROTULAGEM NUTRICIONAL NO MERCADO CONSUMERISTA: AS ADEQUAÇÕES DO BRANDING EMPRESARIAL ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS____ 57

O *BRAND EQUITY* DA MAQUIAGEM VERDE: A INFLUÊNCIA DO *COMPLIANCE* ECOLÓGICO NA CONSCIÊNCIA DE CONSUMO DOS BRASILEIROS _____ 59

AS DIFICULDADES RELACIONADAS AO DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA)_____ 61

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAHANSENIASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA__ 63

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE ASSOCIADO AOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA _____ 65

A UTILIZAÇÃO DA MUSICA COMO FERRAMENTA NO CUIDADO DE CRIANÇA COM TRANTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EMATENDIMENTO INTRA-HOSPITALAR _____ 67

ANÁLISE DA DECISÃO DA ADPF Nº 347 E A EFETIVIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA_____ 69

FOI O BOTO? REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDA CONTRA A MULHER RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA _____ 72

CUIDADO PALIATIVO: O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO SUPORTE INTEGRAL AO PACIENTE TERMINAL _____ 74

ENTENDENDO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A DENGUE _____ 76

SANEAMENTO BÁSICO RURAL: SAÚDE DE MENINAS E MULHERES _____ 78

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAHANSENIASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA __ 80

A IMPORTÂNCIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL _____ 82

DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA ASSOCIADA AO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS _____ 84

APRESENTAÇÃO

A 1ª Jornada Extensionista UNIFAEMA, realizada pelo Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, sob o tema "Conectando Saberes", representa um marco significativo na promoção da extensão universitária como elemento essencial na construção de uma ponte sólida entre o conhecimento acadêmico, as demandas da sociedade e o desenvolvimento científico. Este evento foi concebido com o objetivo de criar um espaço dinâmico para o diálogo, a troca de experiências e a disseminação de conhecimentos entre a academia e a comunidade de Ariquemes e do Vale do Jamari.

Os projetos de extensão apresentados na 1ª Jornada Extensionista UNIFAEMA demonstraram o compromisso do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA com o desenvolvimento social, econômico e cultural de Ariquemes e do Vale do Jamari, evidenciando a relevância da extensão universitária na formação integral dos acadêmicos e na promoção do bem-estar comunitário.

Nesse sentido, pode-se concluir que este evento reafirmou o papel da UNIFAEMA como um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, fortalecendo os laços entre a universidade e a comunidade. Os anais desta jornada documentam e celebram essas conquistas, servindo como um registro duradouro dos esforços e resultados alcançados, bem como uma inspiração para futuras iniciativas de extensão.

ISBN: 978-65-984435-0-4

FITOTOXIDADE DE HERBICIDAS AUXÍNICOS EM *Brachiaria brizantha cv.* MARANDU

Matheus de Oliveira Silva[1], Matheus Martins Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4]

Os herbicidas são agentes químicos considerados defensores agrícolas criados com intuito de inibir o crescimento de plantas daninhas indesejadas na pastagem. Antes de recomendar um produto é necessário conhecer a tolerância da cultura ao mesmo, visto que, a aplicação com doses elevadas visando o melhor controle das plantas daninhas influenciando seriamente nos resultados, provocando intoxicação na cultura (Plantio Direto, 2017). Esta cultivar é uma excelente optação para o pecuarista, pois tem desempenhado alta resistência à cigarrinha das pastagens, elevado valor nutritivo, alta produção de biomassa verde e ainda não foram verificados casos de fotossensibilização hepatogena em bezerros. Além de tudo é bem aceita por equinos e apresenta grandes perspectivas de utilização nas fases de desmamae engorda de bovinos (Embrapa, 1984). O presente trabalho teve como intuito avaliar o uso de doses crescente de 2,4-D (400,00 g/L) com adição de aminopiralide (50,00 g/L) na *Brachiaria brizantha cv*. Marandu. O experimento foi instalado a campo, no município de Cacaulândia em delineamento de blocos casualizados, com cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos consistiram em T1 (sem aplicação), T2 (1 L/ha-¹), T3 (2 L/ha-¹), T4 (3 L/ha-¹) e T5 (4 L/ha-¹). Foram realizadas avaliações de fitotoxicidade aos 03 e 07 DAA, e teor de biomassa fresca e massa seca aos 49 DAA. Houve diferença entre os tratamentos para intoxicação e produção de massa seca. As doses acima da recomenda (3 e 4 L/ha^{-1}) do herbicida causou fitotoxicidade acima de 50% aos 3 DAA, e mais de 81% ao 07 DAA. No T5, o nível de fitotoxicidade foi tão severo que ocasionou necrose total da cultura. Já no comparativo de biomassa, nota-se que o T4 e T5 foram comprometidos, devido alto índice de intoxicação da cultura. O T4 obteve 1674 kg de MS/ha e o T5 1562 kg de MS/ha. A aplicação do produto comercial contendo 2,4-D +Aminopiralide na *Brachiaria brizantha cv*. Marandu causou fitotoxicidade e redução de biomassa seca das plantas. No entanto, as doses 3 e 4 L/há-¹ do herbicida foram as mais prejudiciais, causando mais de 81% de fitotoxicidade ao 7 DAA e redução de 1.236 kg MS ha^{-1}.

Palavras-chave: 2,4-D. Aminopiralide. Hormonais. Pastagem.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Referências

PLANTIO DIRETO. **2,4-D: Características do herbicida e o manejo da resistência**. 2017. Disponível em: https://www.plantiodireto.com.br/artigos/182. Acesso em: 03 mai. 2024.

EMBRAPA. ***Brizantha cv*. Marandu**. 1984. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/317899/brachiaria-brizantha-cv-marandu. Acesso em: 03 mai. 2024.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br

[2]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br

[3]Graduanda em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com

4Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

CARACTERÍSTICAS AGRONÔMICAS DO CAPIM ELEFANTE (*Pennisetum purpureum Schum*) BRS CAPIAÇU EM FUNÇÃO DA APLICAÇÃO DE FÓSFORO NO VALE DO JAMARI-RO

Janderson Medeiros Prantes[1], Matheus Martins Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4]

O capim elefante BRS capiaçu é uma nova cultivar na área de forrageiras, tendo um potencial produtivo tanto na forma de silagem quanto na forma de picado verde, mas está planta necessita de uma boa disponibilidade de fosforo no solo para obter este potencial produtivo, devido ao déficit de P no solo e a poucas informações sobre o mesmo em Rondônia (Costa *et al*., 1988), observa-se então a necessidade de novos estudos relacionados ao fosforo e suas produtividades. O Capim elefante BRS Capiaçu tem como característica de porte alto, folhas largas, longas e na cor verde escuro, bainha de folha verde amarelada e caule com diâmetro espesso, entrenós amarelados, ausência de joçal (pelos), floração tardia, nervura central branca, com uma densidade de perfilhos por m² (touceira), e boa resistência ao tombamento e ao estresse hídrico (Antunes Primo *et al*., 2021). Objetivou-se neste estudo, avaliar diferentes doses de fósforo (P) sobre as características de crescimento do capim elefante, BRS Capiaçu, nas condições edafoclimáticas de Buritis-RO. O delineamento experimental foi blocos casualizados, com cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos foram constituídos de cincos doses de P^2O^5: 0, 40, 80, 120 e 160 kg ha^{-1}. O adubo fosfatado foi aplicado em sulcos, abertos em linhas, com espaçamento de 1 m, com seguimento da incorporação ao solo, a uma profundidade de 20-30 cm. Em seguida, foi efetuado o plantio manual, de 3 manivas (gemas) por m² a 50 cm entre planta da forrageira Capim Elefante BRS Capiaçu sobre o adubo, nos devidos tratamentos 0, 40, 80, 120 e 160 kg ha^{-1} de P^2O^5. Neste experimento, percebeu-se que os tratamentos com doses crescentes de P afetaram significativamente à altura, número de perfilhos, matéria verde e matéria seca do Capiaçu. A matéria seca no primeiro corte (ponto de silagem) aumentou 114% na dose de 50 kg/ha de P em relação a dose 0, já no segundo corte no (ponto de picado verde), a dose de 66,6 kg/ha de P proporcionou a maior matéria seca, que foi 57% maior em relação a dose 0. Conclui-se que, as aplicações de fósforo influenciaram estatisticamente a altura, número de perfilhos, matéria verde e matéria seca do Capim Elefante BRS Capiaçu, nas condições edafoclimáticas do Vale do Jamari-RO. Doses entre 50 e 66,6 kg ha^{-1} de P proporcionaram maior produção do Capim Elefante BRS Capiaçu, nas condições edafoclimáticas do vale do Jamari-RO.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: Adubação fosfatada. Silagem. Capineiras.

Referências

ANTUNES PRIMO, A. O. *et al*., **Produção de silagem utilizando o capim-elefante BRS Capiaçu (*Pennisetum purpureum schum*).** 2021. Disponível em: http://ric.cps.sp.gov.br/handle/ 123456789/6757. Acesso em 05 mai. 2024.

COSTA, N. L. *et al*. **Nutrientes limitantes ao crescimento de *Panicum maximum* cv. Centenário**. Comunicado técnico, issn 0103-9458, ct/nº, Embrapa-cpaf Rondônia, ago./01, 3-3, 1988. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/19915337.pdf. Acesso em 05 mai. 2024.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL E SUA DESVALORIZAÇÃO

Marcos Paulo Rodrigues[1], Luciana Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4], Matheus Martins Ferreira[5]

A atividade exerce enorme influência na economia, gerando empregos não somente na área rural, mas em toda a cadeia produtiva, e contribui na mesa do consumidor ofertando um produto que está entre os principais alimentos na cadeia alimentar, pois é rico em proteínas e vitaminas (Brasil, 2011). Porém, a atividade leiteira ao longo dos anos vem passa por dificuldades, ora está em alta ora está em baixa. É nesta base que a pesquisa busca trazer à tona alguns atributos que possivelmente contribuam para verificação destas altas e baixas dos preços do leite. Assim, o objetivo geral permeou no levantamento de estudo e análise de quais fatores contribuem para a desvalorização do leite no Brasil. Tendo como objetivos gerais a identificação dos custos do leite produzido no Brasil; avaliação da rentabilidade da atividade leiteira nos últimos anos no Brasil finalizando com averiguação de quais fatores tem influenciado para a defasagem no preço do leite. O método da pesquisa está baseado em uma revisão de literatura, de cunho descritivo, exploratório. Como resultados observa-se que o leite sofre de sazonalidade, ou seja, se há uma abundância do produto o seu valor tende a ser baixo, conforme há escassez o valor tende a subir novamente (Marin E Cavalheiro *et al*., 2011). Outro fator preponderante encontrado diz respeito ao transporte, que em grande parte dos casos é laborioso até a entrega nos laticínios, isso quando não há existência de cooperativas com reservatórios apropriados (Dürr, 2012). Algo bastante interessante e que requer cuidado diz respeito a higiene desde a entrada do animal na ordenha até o depósito do leite no reservatório, pois neste trajeto pode ocorrer contaminações do leite, podendo danificar o produto e ainda causar males a saúde do consumidor (Brito; Brito, 2009). Enfim, como considerações finais observam-se que a temática com relação a desvalorização do leite atravessa por diversos critérios, que devem ser mais bem avaliados a fim de que sejam solucionados os problemas que provocam a desvalorização do leite.

Palavras-chave: Custo. Pecuária leiteira. Agronegócio.

Referências

BRASIL. **Produção familiar de leite e de saber: a extensão rural no controle da mastite e qualidade do leite na APA Coqueiral**. MG. 2011. 171 f. Dissertação. (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Faculdade, Lavras. 2011.

ISBN: 978-65-984435-0-4

BRITO, M. A. V. P.; BRITO, J. R. F. **Qualidade do leite**. Capítulo 3. 2009

DÜRR, J. W. **Como produzir leite de qualidade**. João Walter Dürr. 4. ed. Brasília: SENAR, 2012.

MARIN, S.R.; CAVALHEIRO, A.G.; ANSCHAU, D. **Sazonalidade do preço do leite no Rio Grande do Sul (1986-2009)**. Ciência Rural, Santa Maria, v. 41, p. 361-364, 2011.

[1] Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, luciana.ferreira@faema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[5]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

SEMEADURA NA CULTURA DO MILHO EM SAFRA SEQUENCIAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO-RO

Rafael Raenger[1], Adriana Ema Nogueira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Matheus Martins Ferreira[4]

A cultura do milho (*Zea mays*) apresenta algumas exigências para que tenha bom desenvolvimento, com isso, uma das exigências no sentido operacional é a boa qualidade da semeadura, o que proporciona um estande final adequado, e posteriormente, resulta em bom desenvolvimento da lavoura e boa produtividade final (Schmidt *et al*., 1999). O arranjo populacional de milho influência de forma significativa a sua produção final afetando, principalmente, o número e as dimensões das espigas produzidas. A densidade populacional ideal é influenciada diretamente pela quantidade de sementes colocadas no solo, desta forma, dentre os limitantes para distribuição de sementes com eficiência, a velocidade do trator na semeadura é um dos fatores principais, que pode comprometer a sua produtividade devido a densidade de plantas na área (Garcia *et al*., 2006). O objetivo do trabalho foi avaliar a distribuição das sementes de milho com 5 velocidades de semeadura diferente. A metodologia segue o delineamento de blocos casualizados (DBC) no qual foram implantados cinco tratamentos e quatro repetições, totalizando 20 parcelas experimentais. Os tratamentos foram 5 velocidades de deslocamento da semeadora-adubadora John Deere 2115 (5,0; 6,0; 7,0; 8,0 e 9,0 km h^{-1}). A análise utilizada foi Scott Knott com 5% e 1% de probabilidade de erro. Observou-se que o tratamento com velocidade de 5,0 km/h apresentou-se maior quantidade de espaçamentos aceitáveis, constatando que conforme a velocidade de deslocamento aumenta, o número de espaçamentos aceitáveis diminuiu. Pode-se notar que as velocidades de semeadura de 6,0 e 7,0 km h^{-1} apresentaram o mesmo valor estatístico, enquanto as velocidades de 8,0 km h^{-1} e 9,0 km h^{-1} desencadeiam menor quantidade de espaçamentos aceitáveis, principalmente em relação a velocidade de 5,0 km h^{-1}. O aumento do coeficiente de variação conforme é aumentada a velocidade de semeadura, causa maior variância dos espaçamentos, comprometendo o teto produtivo da lavoura. O tratamento de 5 km h^{-1} apresentou a quantidade de espaçamentos aceitáveis acima de 50%, sendo que nas outras velocidades se forem somados os deslocamentos, falhos e duplos, ultrapassam a quantidade de espaçamentos aceitáveis, isso demonstra que, conforme houve o aumento da velocidade de semeadura, as sementes tenderam a ter um deslocamento mais frequente, retirando-as do espaçamento almejado. Os resultados desse estudo demonstraram que 5 km h^{-1} apresentou o melhor resultado, com a maior quantidade de espaçamentos aceitáveis na linha de semeadura. Com o aumento da velocidade

ISBN: 978-65-984435-0-4

de 5,0km/h para 9,0km/h a quantidade de espaçamentos irregulares aumentou consideravelmente, comprometendo a qualidade da semeadura e a população final.

Palavras-chave: *Zea mays*. Plantabilidade. Velocidade.

Referências

GARCIA, L. C. et al. **Influência da velocidade de deslocamento na semeadura do milho**. Revista Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v. 26, n. 2, p. 520-527, maio/ago. 2006.

SCHMIDT, A.V. et al. **Semeadora adubadora para plantio direto**. Porto Alegre: Emater, 1999. 55 p.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

INFLUÊNCIA DE ZINCO NOS COMPONENTES PRODUTIVOS DE ARROZ DE TERRAS ALTAS NO VALE DO JAMARI-RO

Tiago Luis Cipriani[1], Matheus Martins Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4]

O Brasil é um dos maiores produtores de arroz (*Oryza sativa L.*) do mundo, e, anualmente, o país produz entre 10,4 e 12,4 milhões de toneladas do grão, isso é 76% do arroz do Mercosul. Desta produção, 23% é cultivado em áreas de terras altas (CONAB, 2020). Em Rondônia, a cultura do arroz é a terceira maior produção de grãos do estado, com 125 mil toneladas de arroz em casca produzida e área cultivada de 45 mil hectares, obtendo a média de 2,7 toneladas por hectare. A produtividade de arroz no estado é baixa em relação à média brasileira, devido, principalmente, a baixa fertilidade dos solos cultivados. (MAPA, 2015). O presente trabalho teve como objetivo avaliar a influência de doses de zinco sobre os índices agronômicos no arroz de terras altas no vale do Jamari. O experimento foi conduzido em delineamento experimental inteiramente casualizado, com cinco tratamento e quatro repetições. Os tratamentos foram doses de Zn: 0, 4, 8, 12 e 16 g de Zn/kg de semente. O cultivo ocorreu entre dezembro de 2021 e março de 2022, sendo estas semeadas com cultivar ANA CAMBARA 9001CL, tratadas com Zn em diferentes doses, adotando parcelas de 4x3 metros. Para verificar a influência do micronutriente foram conduzidas avaliações de altura de planta, número de perfilhos, matéria seca (MS) e peso de mil grãos (PMG). Os dados foram submetidos a análise de variância ($p<0,05$), e quando constatado efeito significativo foi realizado a análise de regressão. Observou-se que, as variáveis altura de planta aos 20, 40 e 60 dias após a emergência e número de perfilhos não foram influenciados pelas doses de Zn. Já as características de matéria seca e peso de mil grãos foram influenciados estatisticamente pelas doses de Zn na semente. a influência do zinco em diferentes modos de aplicação e diferentes dosagens, tanto em sulco como em aplicação foliar não observaram variações estatísticas nas variáveis de altura de planta. A matéria seca da parte aérea da planta de arroz se ajustou ao modelo linear em função das doses de Zn. A adição de zinco, acarretou um incremento de 52,2% quando aplicou a dose de 16 g/kg em relação à dose 0 g de Zn. O coeficiente técnico de peso de mil grãos se ajustou ao modelo linear em função das doses de Zn. Na dosagem de 16 g/kg semente, atingindo 23,97g, ou seja, acréscimo de 7,3% em relação à dose 0 de Zn. Conclui-se que os tratamentos influenciaram no peso de mil grão e matéria seca da parte aérea da planta, e que a dose indicada com melhores resultados foi aplicação de 16/kg de sementes de arroz.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: *Oryza sativa L*. Micronutrientes. Adubação.

Referências

MAPA (Brasil). Companhia Nacional de Abastecimento. **A cultura do arroz**. Brasília: CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento., 2015. 180 p. Disponível em: http://www.conab.gov.br. Acesso em: 7 set. 2022

MAPA (Brasil). CONAB. **Mapeamento da Conab e da ANA identifica 1,3 milhão de hectares de arroz irrigado**. CONAB, Companhia nacional de abastecimento, DF, p. 1- 2, 21 ago. 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3569- mapeamento-da-conab-e-da-ana-identifica-1-3-milhao-de-hectares-de-arroz-irrigado-nobrasil. Acesso em: 26 abr. 2024.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

VIABILIDADE ECONOMICA DO CONFINAMENTO DE BOVINOS NO MUNIÍPIO DE ARIQUEMES-RO

Matheus Henrique Martins Silva[1], Luciana Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4], Matheus Martins Ferreira[5]

O confinamento de bovinos está se tornando uma ferramenta essencial para os pecuaristas, ajudando a aliviar a pressão sobre as pastagens e a acelerar o processo de terminação do rebanho. Isso resulta em uma maior rotatividade dos animais dentro da propriedade. Portanto, é crucial que o produtor tenha conhecimento de todos os custos e despesas envolvidos, visando entender a lucratividade final de sua atividade. Dessa forma, ele não ficará à mercê de fatores que possam tornar sua atividade inviável (Santos *et al.*, 2002). Este trabalho teve o intuído de avaliar economicamente a atividade de terminação intensiva de bovinos de corte em sistema de confinamento. O estudo de caso foi realizado em uma propriedade que tem como atividade principal a criação de bovinos em sistema extensivo, e passa por seu primeiro ciclo de terminação em sistema intensivo, a propriedade está localizada no município de Ariquemes – RO. O confinamento teve um ciclo de 98 dias, sendo calculados os custos de produção e depreciação das instalações, tendo como objetivo a avaliação econômica da atividade, após o ciclo de engorda foram abatidos 1130 animais. Todos os dados obtidos foram coletados junto ao gestor da propriedade através de observações e documentos comprobatórios antes, durante e após o término do confinamento. O armazenamento dos dados foi feito através de planilhas manuais e eletrônicas, os dados foram conduzidos e trabalhados de forma que o resultado atingido fosse o mais preciso possível. Observou-se que no confinamento em fase de adaptação durante 9 dias, o custo foi equivalente a 4,37 R$ por animal em arrendamento, resultando em 4.570,83 R$. O consumo de ração em 9 dias foi 58.351,50 kg, ou 6,2 kg por animal, e custo de 58,74 R$ por cabeça, resultando em 61.385,78 R$. Para manejo sanitário, obteve-se em média 19,92 R$ por animal, resultando em 22.509,60 R$. A alimentação do confinamento durante 98 dias, foi de 12,45 kg por animal, custando 1.287,34 R$ por animal, que resultou em 1.325.960,46 R$. O custo na da diária nutricional foi de 13,07 R$. O custo operacional foi em torno de 245,33 R$. E o valor de aquisição de cada animal foi de 3.141,47 R$. Por fim, o custo total foi de 4.674,77 R$ por animal confinado, e venda bruta foi de 5.343,97 R$, acarretando um lucro líquido de 644,90 R$. Com base no que foi apresentado, podemos concluir que a prática de engorda em confinamento, empregando uma dieta de grãos integrais, é viável. Apesar do investimento inicial elevado, o empreendimento demonstrou ser lucrativo, levando os

ISBN: 978-65-984435-0-4

gestores a prosseguirem com a estratégia de engorda intensiva, devido à sua rentabilidade comprovada.

Palavras-chave: Bovinocultura. Suplementação. Ganho de peso. Lucratividade.

Referências

SANTOS, J. G *et al*. **Necessidade de planejamento e controle econômico-financeiro**. In: SANTOS, J. G et al. Administração de Custos na Pecuária. São Paulo: Editora Lavras, p. 15-22, 2002.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, luciana.ferreira@faema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[5]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

SUBSTRATOS PARA A PRODUÇÃO DE PIMENTÃO VERDE

Vinícius Araújo Ferretti[1], Aline Rodrigues de Oliveira[2], Letícia Morsch[3], Adriana Ema Nogueira[4], Matheus Martins Ferreira[5]

Resíduos orgânicos estão presentes no meio ambiente desde que surgiu o mundo, e cabe ao ser humano destiná-los para seus devidos lugares. Um destino alternativo aos resíduos orgânicos é a agricultura, onde estes poderão ser utilizados como fertilizantes, condicionadores de solo e substratos. No cultivo de *Capsicum annuum* (pimentão verde) os substratos podem aumentar o crescimento e a produção de frutos, no entanto, deve-se selecionar o de melhor qualidade química e física e com disponibilidade da região. Objetivou-se o estudo avaliar o efeito de diferentes compostos orgânicos como substrato alternativo no crescimento e produção de pimentão verde. Adotou-se o delineamento experimental inteiramente casualizado com quatro tratamentos e cinco repetições. Os tratamentos foram dispostos em vasos de 20L, constituídos de: solo + casca da castanha-do-Pará (1:1), solo + casca de cupuaçu (1:1), solo + caroço de açaí (1:1) e vasos apenas com solo (testemunha). As variáveis analisadas foram diâmetro do caule, altura das plantas, quantidade de folhas, número de frutos e diâmetro dos frutos, observados em laboratório. A altura, diâmetro do caule e número de folhas foram avaliadas a cada 15 dias, já as características dos frutos foram avaliadas ao final do experimento, contabilizando as unidades por planta e mensurando o diâmetro médio de cada produto. Os resultados foram submetidos à análise de variância a 5% de erro e quando verificado efeito significativo foi realizado o teste de scott-knott para o fator qualitativo e regressão para o quantitativo. Para as análises estatísticas dos dados foi utilizado o software R. Quanto a altura das plantas, notou-se uma igualdade de crescimento nos tratamentos com a utilização de resíduos de cupuaçu e a testemunha, porém, no tratamento com a utilização de casca da castanha-do-Pará observou-se uma maior altura em relação a testemunha. Na avaliação do diâmetro do caule das plantas, o maior valor foi observado no substrato de resíduos de castanha-do-Pará com a média de 4,98 mm, sendo 44% superior ao resíduo de cupuaçu que obteve uma média de 3,45 mm. Quanto ao número de folhas, houve um destaque para as plantas que cresceram em substrato com a Castanha-do-Pará, onde registrou-se uma média de 17,55 folhas por tratamento durante o período experimental. Referente ao diâmetro dos frutos, obteve-se a média de 52,9 mm nas amostras feitas de resíduos castanha-do-Pará, correspondente a 65% maior que amostras de resíduos de cupuaçu e 78% maior que amostras de resíduos do açaí. As plantas no substrato de castanha-do-Pará produziram 2,5 frutos em média, valor esse 3,33 vezes o observado no tratamento de açaí e 5 vezes no tratamento com cupuaçu. O presente estudo mostrou que o

ISBN: 978-65-984435-0-4

tratamento com a utilização da casca da Castanha-do-Pará destacou-se para o cultivo do pimentão verde, sendo assim, uma possível alternativa de substrato.

Palavras-chave: Substratos alternativos. Compostos orgânicos. Castanha-do-Pará. Açaí. Cupuaçu.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, viferreti97@gmail.com.

[2]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[3]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, leticia.morsch@unifaema.edu.br.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[5]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br. (Orientador)

ISBN: 978-65-984435-0-4

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CAMINHABILIDADE NA ALAMEDA DO IPÊ, EM ARIQUEMES/RO.

Joani Paulus Covaleski[1], Evelyn Pereira Guadagnin[2], Luiza Braga Silveira[3].

Elementos como topografia, qualidade da rota, paisagem e condições climáticas são fatores que podem influenciar a escolha de uma distância considerada ideal para o deslocamento a pé (Gehl, 2013). No conjunto urbano, a análise das condições de caminhabilidade é crucial para a melhoria de espaços e para estimulo ao uso peatonal da urbe. Ariquemes, situada em Rondônia, foi projetada na década de 1970, e carrega em seu traçado urbano referências modernistas, como amplas ruas e setorização rígida (Martins, 2019). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender as condições de caminhabilidade na Alameda do Ipê, importante espaço urbano de uso comercial e com intenso tráfego peatonal. Com base nos métodos de avaliação de Cardoso, Fonseca e Gonçalves (2017, p.43), foram aplicados parâmetros quantitativos para a definição de qualidade do percurso urbano escolhido. Segmentado em trechos e analisando o espaço em um todo, 11 categorias analíticas foram elencadas, sendo elas; a) largura da calçada; b) condições de pavimentação; c) obstáculos; d) proteção contra intempéries; e) mobiliário urbano de apoio; f) iluminação pública; g) usos lindeiros ao trajeto; h) segurança e orientação; i) qualidade da paisagem; j) vegetação; k) topografia. Posto isto, foram definidos 6 cenários para cada categoria, com valores de 0 a 5 (zero a cinco), possibilitando somatórios de cada categoria por trecho, e uma média aritmética total de qualidade e caminhabilidade da área analisada. Destarte, a rua peatonal Alameda do Ipê cumpre de forma ineficaz a sua proposta, tendo pobreza estética e funcional. Dentre os itens analisados, observou-se que, apesar de possuir calçadas amplas e espaços com potencial para abrigar boas condições de caminhabilidade, a alameda não apresenta itens básicos como lixeiras, espaços com proteção contra intempéries, mobiliários, vegetação ou iluminação adequada que propicie segurança ao usuário. De modo conclusivo, observa-se que as deficiências identificadas são contornáveis e podem ser solucionadas com projetos paisagísticos e melhorias estruturais pontuais, revitalizando a área como um todo. Nesse sentido, ainda que a área não apresente condições ideais para a caminhabilidade, a mesma possui significativo potencial para se tornar um espaço de lazer urbano.

Palavras-chave: Caminhabilidade. Ariquemes. Alameda do Ipê.

Referências:

GEHL, J. **Cidades para pessoas.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ISBN: 978-65-984435-0-4

CARDOSO, C. F.; FONSECA, T. P.; GONÇALVES, P. H. Caminhabilidade, paisagem e ambiência no centro histórico de Goiás-GO. **Paisagem e Ambiente**, [S. l.], n. 40, p. 35–57, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/123468. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARTINS, J. de S. A reinvenção da cidade na selva. **Tempo Social**, v. 31, p. 11-33, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/ZVvmh5y8JhjfxmPxdTwsvmz/?lang=pt. Acesso em: 10 abr 2024.

[1] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, joani.covaleski@gmail.com.

[2] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UNIFAEMA, evelyn.50701@unifaema.edu.br

[3] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UNIFAEMA, luiza.47764@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

RECREAÇÃO, JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Sonia Carvalho de Santana[1], João Elicio Sobrinho[2], Katiuscia Carvalho de Santana[3]

O brincar acompanha a criança desde mais tenra idade, é a manifestação do sentimento, da percepção e da compreensão do mundo, e ferramenta importante para fomentar o imaginário e a criatividade. Na educação infantil, a criança vivencia inúmeras experiências por meio das brincadeiras. Manter o brincar no ensino fundamental é um grande desafio para os professores e, ao mesmo tempo, necessário para continuar estimulando a criatividade e aprendizagem no educando. O estudo objetivou analisar e destacar a importância das atividades recreativas para o desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo de alunos na educação infantil e ensino fundamental. Foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, caráter descritivo. O referencial a partir da Biblioteca Júlio Bordignon. Os resultados apontam que a brincadeira é um dos instrumentos de trabalho indispensável para mediar à educação de alunos com propósito de buscar o desenvolvimento integral da criança. Kashimoto (2011) afirma que a brincadeira e o lúdico, intermediados pelo professor, oportuniza a criança explorar, aprender linguagens, solucionar problemas e enriquecer o imaginário. O documento norteador dos princípios para a educação infantil no Brasil é o Parecer CNE/CEB nº 20/09, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) (Brasil, 2003). A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem o compromisso de oferecer as melhores condições para que as crianças de zero a cinco anos se desenvolvam integralmente. O brincar se apresenta como importante instrumento no que tange as aprendizagens. De zero a dois anos, período sensório motor; é um momento de descobertas dos sons, imagens, e outros. Dos dois a três anos, fase de socialização, muita curiosidade e desenvolvimento da linguagem. Entre três e quatro anos, eles já começam a diferenciar “o menino” da “menina”. De quatro a cinco anos, fase do complexo de édipo, acontecem sentimentos, desejos, rivalidade em relação aos pais. A criança cria e recria, organiza pensamentos e interage com os outros, assim ela sente prazer ao brincar, expressando seus sentimentos de afeto, solidariedade e compreensão**.** As atividades estimulam a capacidade de imaginar, de interagir e ampliar sua percepção afetiva e cognitiva. Ideal as brincadeiras envolvendo dramatização e jogos com regras simples. O desenvolvimento motor ocorre a partir de brincadeiras, jogos e atividades corporais, que auxiliam no equilíbrio e no reconhecimento do próprio corpo. Explorar os objetos em sala, se destaca na fase entre quatro a cinco anos. O objetivo principal é prover um ambiente em que a criança possa explorar e promover a socialização. Raciocínio válido para a educação infantil e ensino fundamental.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Reitera Caroline (2019) que o brincar deve ser mantido no ensino fundamental, a ludicidade potencializa os processos de alfabetização e aprendizagem. Para implementar essa cultura nas escolas de ensino fundamental, é importante focar na formação continuada de professores, de forma a vivenciarem novas experiências. Sendo assim a recreação propicia a interação do ser no meio social, melhora a relação interpessoal e afetiva, aumenta a capacidade intelectual e cognitiva, promove o desenvolvimento motor, proporciona a formação da cidadania e a busca da autonomia do aluno e o desenvolvimento pleno e integral.

Palavras-chave: Brincadeiras. Criança. Educação Infantil. Ensino fundamental. Recreação.

Referência

BRASIL. Lei nº 10.793 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, de 1 de dezembro de 2003. Diário Oficial, Brasília. Disponível em https://legis.senado.leg.br/norma/552669#:~:text=Altera%20a%20reda%C3%A7%C3%A3o%20do%20art,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 19 abr.2024.

Caroline, T. R. (2019). A importância de jogos e brincadeiras na educação infantil. **Revista Práxis Pedagógica,** *2*(1), 28. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/15. Acesso em: 19 abr. 2024

KISHIMOTO, Tizuko M. **O Brincar e suas Teorias.** Cengage Learning Brasil, 2011. E-book. ISBN 9788522113965. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113965/. Acesso em: 19 abr. 2024.

[1] Graduanda Pedagogia Centro Universitário UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

[2] Graduando Pedagogia Centro Universitário UNIFAEMA, joao.54258@unifaema.edu.br

[3] Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, katiucia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

CONVERSÃO ALIMENTAR DO PIAUÇU (*Leporinus macrocephalus*) EM SISTEMA RACEWAY NO PERÍODO JUVENIL

Everton Casarin Silva[1], Luciana Ferreira[2], Aline Rodrigues de Oliveira[3], Adriana Ema Nogueira[4], Matheus Martins Ferreira[5]

A pressão que os estoques pesqueiros naturais sofrem com a demanda de alimento crescente podem ser aliviados através da aquicultura, pois possibilita a redução e os impactos causados pela exploração pesqueira de forma indiscriminada em todos os ecossistemas aquáticos, e o mais importante é a enorme contribuição no aumento da produção direta do pescado (Rotta & Queiroz, 2003). O sistema *raceway* é uma estrutura projetada para criar um ambiente controlado e eficiente para o cultivo de peixes. Consiste em canais de água circulante que simulam as condições naturais de um rio, permitindo o crescimento saudável dos peixes (Matthiensen & Michelon, 2022). Objetivou-se analisar e avaliar a conversão alimentar baseada no sistema *raceway* de arraçoamento, a taxa de sobrevivência dos espécimes e qualidade de produção de indivíduos de Piauçu (*Leporinus macrocephalus*). Os alevinos foram distribuídos em viveiro com área de 100 m³, em 08 tanques diferentes. Baseados neste sistema de produção, cada tanque contendo 3.000 exemplares da espécie, distribuídos de forma casual nos tanques. O peso médio foi de 70 g, pesado inicialmente no dia 03 de fevereiro de 2021. Foi avaliado o ganho de peso dos indivíduos, com relação à quantidade de ração ofertada, com a taxa de 1%, esperando obter 5% de crescimento em gramas por dia. As ferramentas utilizadas para a construção deste estudo foram os dados técnicos obtidos nos períodos observados, a pesagem e controle dos espécimes baseados em dias e a quantidade de ração ofertada, fazendo a captação dos dados e calculados a média aritmética. Com base nos dados obtidos através das taxas de arraçoamento pode-se observar a frequência alimentar aplicada, o consumo de ração, as condições em que os espécimes foram colocados, o comprimento no período da última análise de dados, peso final, taxa de ganho de peso e a conversão alimentar aparente. Para os primeiros 30 dias de arraçoamento, com o total de ração ofertada nesse período de 328 kg, o ganho de peso médio foi em torno de 1 g/dia, resultando em 30 g final, a taxa de conversão alimentar ficou em 0,46, e todos os indivíduos sobreviveram. No segundo período foi fornecido 400 kg de ração total, o ganho de peso médio ficou em torno de 0,7 g/dia resultando em 20 g ao final de 30 dias e taxa de conversão alimentar foi de 0,83 com todos os indivíduos vivos. No terceiro ciclo ofertou-se um total de 80 kg de ração, mas devido a incidência de chuva e mal adaptação da dieta, houve média de ganho diário -,3 g/dia, conversão alimentar de -0,33 e sobrevivência total dos

ISBN: 978-65-984435-0-4

indivíduos. No quarto ciclo, foi ofertado 350 kg, obteve-se ganho de peso de 1,3 g/dia, resultando em 40 g e conversão alimentar de 0,36 ao final de 30 dias e taxa de sobrevivência de 100%. Com isso, podemos concluir que é altamente rentável utilizar o sistema *raceway* para criação dos espécimes com alta taxa de conversão alimentar e custos baixos, o lucro pode ser obtido, pois o desenvolvimento dos peixes é alto em um curto período, com tanques bem manejados e o maior número de peixes em um espaço reduzido.

Palavras-chave: Piscicultura. Taxa de sobrevivência. Ganho de peso.

Referências

MATTHIENSEN, A.; MICHELON, W. Produção de microalgas em sistema semiaberto: estrutura e funcionamento de tanques semicirculares (raceway tanks). EMBRAPA, Concórdia-SC. Comunicado Técnico 601, p. 5, 2022.

ROTTA, M. A; QUEIROZ, J. F. **Boas práticas de manejo (BPMs) para a produção de peixes em tanques-rede**. EMBRAPA, Pantanal. Documentos, p. 27, 2003.

[1]Graduado em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[2] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, luciana.ferreira@faema.edu.br.

[3]Graduando em Agronomia, Centro Universitário UNIFAEMA, alinerodriguesoliveira2001@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, agronomia@unifaema.edu.br.

[5]Doutor, Centro Universitário UNIFAEMA, matheus.ferreira@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

PSICOLOGIA, ÉTICA E RELIGIÃO

Tawany Costa da Silva[1] Katiuscia Carvalho de Santana[2]

A psicologia tem entre suas características a brandura da possibilidade de abranger espaço para debates sobre assuntos diversos, e atualmente um tópico que vem sendo debatido cada vez com mais ímpeto é a laicidade e o discurso religioso no setting terapêutico, ambiente este, onde deve ser promovido o reconhecimento e proteção da diversidade, cultural, social, moral e religiosa de uma determinada sociedade (Vianna, 2014). Diante do atual cenário político brasileiro, a psicologia vem enfrentando incongruências, internas e externas, com discursos ofensivos fundamentalistas, fazendo com que um grupo de indivíduos teorizam e vendam terapias baseadas em religião, sem embasamento científico, o termo utilizado por eles é o de "Psicologia cristã", termo não considerado uma abordagem terapêutica pelo Conselho Federal de Psicologia (Lionço, 2017). Este trabalho apresenta como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a ética e religião na psicoterapia. Este é um estudo de revisão bibliográfica, onde foi utilizado o site de busca, SCIELO. O fundamentalismo religioso é o termo utilizado para conceituar o que é considerado como uma "ofensiva contemporânea a preceitos da modernidade", é um movimento que retoma tradições com valores culturais, pautados na heteronormatividade e monogamia, encontrando sua estrutura na ofensiva contra direitos adquiridos em ondas revolucionárias progressistas (Lionço, 2017). A psicologia se posiciona como laica e aberta a questionamentos de suas teorias e práticas, como qualquer outro campo científico (Lionço, 2017). A religião é considerada como um dos mais primitivos sistemas culturais, que com o passar dos anos teve a perda do real significado de suas ações, perpetuando assim, de geração a geração, ideias de crença e conduta (Vianna, 2014). No código de ética do psicólogo é vetada a utilização do exercício profissional para induzir convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito (Lionço, 2017). A "psicologia cristã" sugere o tratamento das homossexualidades, patologizadas por eles, e a prática de tratamentos psicoterapêuticos de reversão sexual é considerada uma falta grave, digna de punição, pois fere as normativas éticas e técnicas de uma profissão que sempre esteve em consonância com a constituição democrática brasileira (Lionço, 2017). Também existem aqueles que defendem que a religião pode ser benéfica no escopo acadêmico, trazendo propósito para os profissionais (Pereira, Holanda, 2019). Esse debate vem sendo realizado e causando opiniões divergentes a décadas, não demonstra um fim imediato a sua discussão, apenas uma

ISBN: 978-65-984435-0-4

polarização profissional de adeptos ao uso da religiosidade na prática psicoterapêutica, e os que são contra.

Palavras-chave: Ética. Psicologia. Religião. Laicidade.

Referências

LIONÇO, Tatiana. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 208-223, 2017.

VIANNA, José Henrique Lobato. Psicologia e religião: um encontro marcado com a Ética. **Ética e Psicologia: Reflexões do Conselho Regional de Psicologia do**, p. 57, 2014.

PEREIRA, Karine Costa Lima; HOLANDA, Adriano Furtado. Religião e espiritualidade no curso de psicologia: revisão sistemática de estudos empíricos. **Interação em Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 222-235, 2019.

[1] Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, tawany.52982@unifaema.edu.br.

[2] Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

A FORMAÇÃO E A PATOLOGIA DA PERSONALIDADE PARA MELANIE KLEIN

Nathã Victor de Oliveira Bernardo[1], Katiuscia Carvalho de Santana [2]

A personalidade e a formação da subjetividade são temas centrais na psicologia, investigando a interação entre hereditariedade e ambiente na manifestação dos padrões comportamentais e cognitivos únicos de cada indivíduo. Para Feist, Feist e Roberts (2014), estudar a personalidade permite identificar padrões saudáveis e disfuncionais, contribuindo para compreender as patologias ligadas à formação da identidade. A psicologia reconhece a singularidade das experiências individuais, mas também busca identificar padrões comuns entre grupos. Diferentes abordagens psicológicas oferecem perspectivas variadas sobre a formação da personalidade. Em sua obra de enfoque psicanalítico e pedagógico, Zimerman (1999) apresenta que Melanie Klein, por exemplo, retrata as posições esquizoparanóide e depressiva como fundamentais nesse processo. O objetivo do presente trabalho é através de uma revisão de literatura do campo psicanalítico identificar quais os principais conceitos da teoria *kleiniana* sobre a formação da personalidade humana e seus possíveis desdobramentos em questões patológicas. Para tal, foram realizadas pesquisas de base literária em livros clássicos que comportam a teoria da autora e artigos científicos encontrados na base cientifica Scientific Electronic Library Online (SciELO) que observam seus principais conceitos e implicações no campo das patologias da personalidade, como delimitação para pesquisa foram utilizados três livros clássicos da teoria psicanalítica e dois artigos advindos das bases *online* de literatura cientifica. Em seus apontamentos, Segal (1966) postula que, na teoria de Klein, a fixação nas posições esquizoparanóide e depressiva pode resultar em sintomas persistentes que afetam a integração do indivíduo e fragilizam sua personalidade. Na posição esquizoparanóide, a predominância de experiências persecutórias sobre as gratificantes pode levar o ego a empobrecer e distorcer a realidade por meio de projeções, dificultando a diferenciação entre fantasias e o mundo externo. Por conseguinte, Oliveira (2007) expõe que a dificuldade em superar essa posição pode preceder o desenvolvimento de transtornos como esquizofrenia e psicose. Entretanto, na posição depressiva, a capacidade do ego de lidar com a perda e reparação de objetos amorosos é crucial. Ademais, Neves (2007) pontua que, se essa posição não for adequadamente elaborada, o ego fica vulnerável à ansiedade extrema pela perda desses objetos, podendo levar à regressão a estágios primitivos de psicose. Em resumo, a personalidade é influenciada pela interação complexa entre hereditariedade e ambiente, com diferentes teorias psicológicas oferecendo perspectivas únicas sobre sua formação. A teoria de Melanie Klein

ISBN: 978-65-984435-0-4

destaca a importância das posições esquizoparanóide e depressiva na constituição da personalidade e na prevenção de patologias psicológicas. Compreender essas posições e sua influência no desenvolvimento humano é fundamental para a prática clínica e para promover o bem-estar psicológico.

Palavras-chave: Psicanálise. Personalidade. Teoria Kleiniana. Psicopatologia.

Referências

Feist, J., Feist, G. J., Roberts, T. Teorias da personalidade - 8.ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

Neves, Flávio José de Lima. A psicanálise Kleiniana. Reverso, v. 29, n. 54, p. 21-28, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952007000100004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Oliveira, Marcella Pereira de. Melanie Klein e as fantasias inconscientes. Winnicott e-prints, v. 2, n. 2, p. 1-19, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2007000200005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 03 dez. 2023.

Segal, Hanna. **Introdução à obra de Melanie Klein**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

Zimerman, David E. **Fundamentos Psicanalíticos:** Teoria, Técnica, Clínica – Uma Abordagem Didática. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

[1]Graduando em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, nvob.academico@gmail.com.

[2]Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

IMPACTOS NO DESEMPENHO COGNITIVO E BEM-ESTAR EMOCIONAL DA PRIVAÇÃO DE SONO EM HUMANOS ADULTOS

Suzana Santos Ferreira[1], Camila Alecrim[2], Jéssica da Costa Silva[3], Katiuscia Carvalho de Santana[4]

A privação de sono é uma problemática que tem se apresentado continuamente na rotina da sociedade moderna e tem estado intrinsecamente ligada a diversas consequências na funcionalidade intelectual e afetiva. Este presente estudo tem o objetivo de investigar os impactos na performance cognitiva e emocional de indivíduos que adotam comportamento parcial ou total da privação de sono, visando entender os mecanismos subjacentes a essas consequências e suas interferências na regulação da saúde psíquica e hábitos diários. Para a desenvoltura deste ensaio teórico foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica usufruindo de artigos fornecidos nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e Revista Nature, utilizando termos relacionados ao tema, como “privação de sono”, “desempenho cognitivo” e “regulação emocional”. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, em inglês e português que investigavam as consequências da privação de sono em indivíduos adultos. A análise dos dados provenientes desses estudos científicos envolveu a identificação dos padrões comuns presentes nos artigos revisados e a seleção das principais descobertas relacionadas aos impactos da privação de sono no desempenho cognitivo e no bem-estar emocional. Os resultados revelaram uma associação significativa entre a privação de sono e a baixa performance cognitiva, como: déficit na manutenção de atenção (Krause, 2017, p. 404; Pires, et al. 2014, p. 313), baixa performance da codificação da memória (Marquioli, 2011, p.19), irregularidade funcional das funções executivas (Krause, et al., 2017, p. 407), e desregulação emocional, como: irritabilidade, ansiedade, mudanças de humor e ideação suicida (Krause, 2017, p. 410; Walker, Walton, DeVries, 2020, p. 6). As alterações cognitivas em indivíduos privados de sono são decorrentes da decrescente eficiência funcional em regiões cerebrais como córtex pré-frontal dorsolateral, sulco intraparietal, tálamo e hipocampo (Krause, 2017, p. 404, 405) que são responsáveis pela manutenção da atenção e consolidação da memória (Marquioli, 2011, p. 14) e funções executivas (Krause, et al., 2017, p. 407). No que tange ao âmbito emocional, pôde-se constatar que regiões cerebrais interligadas responsáveis por este processamento, como a amígdala e o córtex pré-frontal, enfrentam desajustes funcionais (Marquioli, 2011, p. 12). Tendo em vista as mazelas que podem desdobrar-se a partir da

ISBN: 978-65-984435-0-4

privação de sono, promover a compreensão dos impactos da privação de sono no desempenho cognitivo e bem-estar emocional de adultos torna-se essencial para promover a saúde mental e a qualidade de vida.

Palavras-chave: Sono Inadequado. Regulação Emocional. Estresse. Atenção. Performance Cognitiva.

Referências

Krause, A. et al. **The sleep-deprived human brain.** Nat Rev Neurosci, v. 18, p. 404–418, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1038/nrn.2017.55. Acesso em: 14 de abril de 2024

Marquioli, Vanessa Souza Fassarela. **A influência do sono na memória e na emoção.**

Pós-Graduação em Neurociências - Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 32. 2011

Pires, Maria Laura Nogueira. et al. Psicobiologia do Sono e Processos de Alerta, Aprendizagem, Memória e Emoção. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Câmpus de Assis. Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho. 2014

Walker, H. William. Walton, C. James. DeVries, A. Courtney. et al. **Circadian rhythm disruption and mental health.** Translational Psychiatry 10, 28. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41398-020-0694-0. Acesso em: 14 de abril de 2024

[1]Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, suzanasantos220605@gmail.com.

[2]Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, camilaalecrim15@gmail.com.

[3]Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, jessica.costa611@gmail.com.

[4]Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

PRESENÇA DE INFILTRAÇÃO COMO FATOR PATOLÓGICO EM RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES NA CIDADE DE ARIQUEMES-RO

Poliana Castanharo[1], Matheus Henrique da Cunha[2], Silênia Priscila da Silva Lemes[3]

As patologias representam desafios significativos, pois surgem devido a fatores como falta de supervisão especializada, deficiências em sistemas de drenagem, déficit de manutenção regular e falhas de impermeabilização adequada (Pupin, 2022). As infiltrações, caracterizadas pela presença de água de fontes externas para superfícies revestidas, são consideradas umas das mais recorrentes na cidade de Ariquemes-RO, onde o clima úmido contribui para acentuar sua ocorrência. À vista disso, a infiltração é um fator patológico relevante, dado que podem acarretar danos estruturais, problemas de saúde e deterioração do ambiente interno (Gomes, 2020). Diante do exposto, o estudo teve como objetivo analisar as manifestações patológicas mais recorrentes nas edificações residenciais da cidade de Ariquemes-RO originadas pela presença de infiltrações. Trata-se de um levantamento técnico, conduzido mediante visitas técnicas domiciliares, adotando o método visual e subsequente realizado a avaliação quantitativa. As repercussões decorrentes do excesso de umidade se manifestam em condições patológicas facilmente observáveis e analisáveis, devido à sua clara visibilidade (Gomes, 2020). Assim, observou-se que o mofo/bolor apresentou uma recorrência de mais de 34%, seguido por bolhas com 26% de incidência. Já as fissuras representam apenas 17% do total, enquanto o manchamento representa 21%. Desses casos 57% das manifestações ocorreram nas paredes, enquanto 28% ocorreram nos forros de gesso e apenas 14% nos pisos, pois possuíam revestimento cerâmico. Esses problemas podem ser apontados ao fato de que 66% das residências não contaram com projetos e acompanhamento técnico na sua execução, além de 44% não terem realizado manutenção nos últimos anos. Isso resultou, em alguns casos, em problemas de dimensionamento de tubulações, 50% das casas não possuíam um sistema de drenagem eficiente, má vedação do telhado por inexistência de rufos e calhas e impermeabilização inadequada das paredes. Diante dos desafios enfrentados decorrentes de infiltrações é crucial adotar uma abordagem cuidadosa para mitigar esses problemas. Logo, é possível observar que a recorrência de problemáticas devido à infiltração na cidade de Ariquemes-RO é devido à má impermeabilização das paredes e vigas baldrames, incorreção das tubulações de drenagem, juntamente com a falta de acompanhamento de um técnico capacitado, resultando em uma série de pequenos erros que, ao longo do tempo, se transformam em problemas maiores. Dessa forma, a intervenção adequada de profissionais qualificados na

ISBN: 978-65-984435-0-4

identificação precoce das causas das infiltrações torna-se crucial para prevenir danos estruturais e garantir a durabilidade das edificações. Além disso, a manutenção periódica torna-se uma opção acessível para obras já existentes, onde não é viável a projeção de uma remodelação completa da área construída já afetada. Em síntese, as medidas corretivas são não apenas possíveis, mas também imprescindíveis para manter a qualidade e a vida útil da estrutura residencial e garantir um ambiente seguro e saudável para seus residentes.

Palavras-chave: Patologia. Infiltração. Residências.

Referências

GOMES, D. B. P. **Impermeabilização:** patologias mais comuns em construções residenciais na cidade de Ariquemes-RO. Orientador: Silênia Priscila da Silva Lemes. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia Civil, Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes, 2020.

PUPIM, L. P. **Estudo das principais manifestações patológicas em edificações residenciais.** Orientador: Silênia Priscila da Silva Lemes. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia Civil, Centro Universitário Faema – UNIFAEMA, Ariquemes, 2020.

[1]Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, castanharo49@gmail.com.

[2]Graduando em Engenharia Civil, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, mh022107@gmail.com.

[3] Mestre, Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, s.pry@hotmail.com.

ISBN: 978-65-984435-0-4

ENFERMAGEM E OS CUIDADOS PALIATIVOS: UMA REALIDADE POSSÍVEL PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos [1], Érica Oliveira Batista de Andrade [2], Fernanda Schimaltz de Souza[3], Kaline Santos de Laia [4], Neuza Gonçalves Rodrigues [5]

O câncer é um dos principais problemas de saúde pública que acometem milhares de brasileiros, sendo o principal causador de morte, muitos diagnósticos levam a cuidados paliativos que se configura a cuidados multidisciplinares e interdisciplinares a pacientes com doenças sem prognóstico de cura, onde envolvem o manejo de questões médicas, psicológicas, sociais e espirituais prestados aos pacientes e familiares (Sousa et al, 2020). O conhecimento das necessidades do cuidado e conforto com parte da equipe de enfermagem direciona o profissional acerca dos cuidados necessários para o bem-estar e melhor qualidade de vida ao paciente (Santos, Lira, Costa, 2018). Este estudo pretende conhecer as atribuições do enfermeiro nos cuidados paliativos. A metodologia utilizada foi a pesquisa de revisão de literatura, onde os materiais utilizados foram separados, lidos e utilizados conforme as palavras-chave. As Bases de Dados utilizadas foram sites acadêmicos digitais, como: SCIELO, BVS e a Biblioteca Júlio Bordignon com acervo físico. Os cuidados paliativos em pacientes oncológicos buscam estabelecer a assistência humanizada aliviando o sofrimento e dor na fase final da vida, o ato de cuidar paliativamente é proporcionar ao paciente uma melhor condição de vida mesmo que não tenha prognóstico de cura (Figueiredo et al, 2028). A assistência de enfermagem tem o objetivo trazer este alívio para o paciente, com intenção terapêutica, que exige competência técnica, habilidade, compromisso e ética. É de grande importância que o papel do enfermeiro traga honestidade com o paciente, lhe falar a verdade sobre a doença e agir de forma humanizada, estabelecendo um vínculo de confiança, onde o profissional irá conhecer melhor o paciente e gerar uma proximidade no qual paciente irá se sentir mais seguro e confortável com a equipe de saúde, gerando assim um maior bem-estar durante seus cuidados (Pereira et al, 2023). O paciente oncológico em cuidados paliativos, passa por diversos momentos que variam da angústia e medo da morte, variáveis que podem também trazer calmaria quando este se encontra sob os cuidados de uma equipe que compreende de forma verdadeira e não como atribuição da profissão. E é neste elo, de cumplicidade e compaixão que o enfermeiro deve estar voltado nos seus cuidados (Tugulini e Melo, 2006). Para tanto, a pesquisa deixa evidente que o enfermeiro traz atribuições que

evidenciam a sistematização da assistência de enfermagem, onde observa-se pelo menos dois

ISBN: 978-65-984435-0-4

diagnósticos de enfermagem no paciente paliativo: dor e sofrimento espiritual. O enfermeiro exerce papel fundamental no que se refere a esses diagnósticos de enfermagem, que além das competências técnicas exige-se o uso da comunicação terapêutica, com escuta ativa e humanização tornando os cuidados ofertados, tanto de alívio da dor e conforto espirituais efetivos, fazendo assim que o tratamento no processo de morte e morrer não seja de sofrimento extenuante, mas que gere alívio tanto para o paciente quanto para seus familiares.

Palavras-chave: Oncologia. Assistência de enfermagem. Cuidados paliativos.

Referências

FIGUEIREDO, J. F. et al. Qualidade de vida de pacientes oncológicos em cuidados paliativos. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, *[S. l.]*, v. 8, 2018. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/2638. Acesso em: 2 maio. 2024.

SOUSA, D. A. de. et al. Assistência de Enfermagem ao Paciente Oncológico em Cuidado Paliativo. **Revista de Casos e Consultoria**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. e26716, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26716. Acesso em: 2 maio. 2024.

TIGULINI,R.S.; MELO M.R.A.C. A comunicação entre enfermeiro, família e paciente crítico. Revista Latino-Americana de Enfermagem.p.89-95.2006. Acesso em 16 de Junho de 2024.

SANTOS A.L.N., LIRO; S.S., COSTA R.S.L, CUIDADOS PALIATIVOS PRESTADOS PELO ENFERMEIRO AO PACIENTE ONCOLÓGICO. **Dê Ciência em Foco**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 63–77, 2023. Disponível em: https://revistas.uninorteac.edu.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/31.. Acesso em: 4 maio. 2024.

PEREIRA, S. S. R.; MIQUELETI, A. B. M.; GOMES, L. F.; PRIMO, M. A.; RAMOS, E. F. A Assistência de Enfermagem Frente à Pacientes Oncológicos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, *[S. l.]*, v. 5, n. 4, p.2022–2035, 2023.. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/491. Acesso em: 4 maio. 2024.

[1] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, enf.milenaramos@gmail.com.

[2] Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, erica.53574@unifaema.edu.br

[3]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, fernanda.46334@unifaema.edu.br

[4]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, kaline.53678@unifaema.edu.br

[5] Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, neuza.53411@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

ISBN: 978-65-984435-0-4

O PRECONCEITO ENRAIZADO COM CRIANÇAS ADOTADAS POR CASAIS HOMOAFETIVOS

João Vitor de Sousa Lima[1], Letícia Bof da Silva[2], Ana Caroline da Silva Correia[3], Luan Guilherme da Silva Marques[4], Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos [5]

Desde 2013 o casamento homoafetivo passou a valer no Brasil e desde então, os casais passaram a buscar ainda mais pela construção familiar a qual se caracteriza como todas as outras famílias, além da tradicional, constituída por pai, mãe e filhos (Gonçalves, Couto e Azevedo, 2020). A sociedade muitas vezes impõe que a orientação sexual de pais do mesmo sexo implicaria na orientação sexual do filho, mas a qual estudos mostram que de forma alguma implicaria e que o lar onde foi destinado a criança será afetuoso, acolhedor de ensinamentos e segurança como todos os outros (Brasil, 2013). O preconceito com a homossexualidade social traz cada vez mais dificuldade de casais homoafetivos de adotarem seus filhos. Com isso, para as crianças que conseguem serem adotadas muitas vezes pode afetar de forma direta seu desenvolvimento pois o local onde deveria ser de acolhimento e aprendizado, como na escola, trona-se um local de grande medo e negatividade, além de permanecer o estigma de que a família homoafetiva induziria a orientação sexual da criança (Sousa, 2016). Tem-se como objetivo discutir o preconceito na sociedade por família homoparentais na adoção de filhos. Foi realizado um estudo com pesquisa descritiva, em caráter bibliográfico, retirado de materiais já existentes como monografias, artigos e leis. Usada base de dados: SCIELO, LILCAS e BVS. Mesmo com avanços de leis e reconhecimentos, é fácil compreender que a sociedade não aceita que a família não é constituída apenas com mãe, pai e filhos e sim por laços de amor e segurança não importando o gênero dos membros. Muitas das vezes essa dificuldade de aceitação vem por questões religiosas que condenam a séculos a forma de amor existente. Dada a complexidade de aceitação, quando se fala do filho adotado pela família homoparental, a discussão se torna ainda maior pois acreditam que a criança nesse meio também se tornará, por grande influência, homossexual (Santos, 2023). A sexualidade dos pais para as crianças em questão não é de seu interesse, elas buscam apenas um lar de qualidade e acolhedor onde vai viver com harmonia, felicidade e propósitos. Os psicológicos afetados são de crianças que estão abandonadas, sem família e muitas das vezes em situações de rua onde não tem acesso ao mínimo para a sobrevivência humana. Uma discussão aprofundada sobre esse assunto envolve várias dimensões (Santos, 2023). Estudos e pesquisas têm consistentemente mostrado que

ISBN: 978-65-984435-0-4

crianças criadas por casais homoafetivos têm um desenvolvimento emocional, social e acadêmico tão saudável quanto aquelas criadas por casais heterossexuais (Toni, 2008). O estudo revela que a homossexualidade não é um "projeto de vida", mas sim uma questão biológica do homem que assim nasceu. A criança vivendo nesse meio não consegue ser afetada pelos fatores, vão até ter mais conhecimentos sabendo que existem as diferenças de estruturas familiares. O enraizamento se dá pelas famílias heteroparentais crescerem as crianças com a mentalidade de que a orientação sexual em questão é abominável e não deve ser seguida, um estigma que deve continuar sendo quebrado dia após dia.

Palavras-chave: Homoafetivo. Criança. Adoção. Orientação sexual. Preconceito.

Referências

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº175, DE 14 DE MAIO DE 2013. **LEI nº PLS 612/2011, de 29 de setembro de 2011**. Habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável, em casamento entre pessoas do mesmo sexo. [*S. l.*], 14 maio 2013.

GONÇALVES, Josiane; COUTO, Fláubertt; AZEVEDO, Fábia. Entre boatos e verdades: a orientação sexual de crianças adotadas por casais homossexuais. **Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**, [*s. l.*], v. 9, n. 2, p. 47-69, 2020.

SANTOS, Michael; GOMES, João. **Os impactos causados no âmbito familiar em decorrência do preconceito da adoção homoafetiva** , [*s. l.*], v. 1, p. 1-15, out 2023.

SOUSA, Leydiany. **Adoção homoafetiva: aspectos psicológicos de crianças adotadas por casais homoafetivos**. 2016. 41 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA, [*S. l.*], 2016.

TONI, Claudia Thomé. **Manual de Direitos dos Homossexuais.** São Paulo: SRS, 2008, p. 19-61.

---

[1] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, joao.33952@unifaema.edu.br.

[2] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, leticia.bof02@gmail.com.

[3] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, correiaanacaroline0@gmail.com.

ISBN: 978-65-984435-0-4

[4] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, lgdsm2604@gmail.com.

[5] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, enf.milenaramos@gmail.com.

ISBN: 978-65-984435-0-4

A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE FERIDAS

Elis Milena Ferreira do Carmo Ramos[1], Letícia Bof da Silva[2], Luan Guilherme da Silva Marques[3], Ana Caroline da Silva Correia[4], João Vitor de Sousa Lima[5]

A sistematização da assistência de enfermagem (SAE) é de exclusividade da enfermagem, segundo resolução COFEN-272/2002, se caracterizando como uma metodologia científica desenvolvida com o objetivo de organizar as práticas da enfermagem no atendimento e cuidado ao paciente, podendo ser adotada na atenção primária, secundária e terciária, sendo assim, a SAE deve ser empregada em qualquer assistência de enfermagem, buscando fornecer maior segurança, maior assistência e autonomia ao enfermeiro (a) (Pissaia et al, 2020). O objetivo foi abordar a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem no cuidado dia a dia a pacientes acometidos de alguma lesão de pele, bem como, a ausência do uso da SAE por alguns profissionais. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter bibliográfico, baseado em dados secundários extraídos de artigos científicos. A coleta de dados se deu a partir de buscas em artigos científicos dispostos pela internet, como a Revista Científica Multidisciplinar, o Congresso Brasileiro de Estomaterapia (CBE) e o Congresso Paulista de Estomaterapia (CPE). A enfermagem realmente desempenha um papel fundamental em todas as fases do cuidado ao paciente dentro das instituições de saúde. A implementação da SAE é crucial para garantir a qualidade e segurança do cuidado oferecido. Ela fornece um método estruturado para o planejamento, execução e avaliação das intervenções de enfermagem, garantindo uma abordagem holística e individualizada. É preocupante notar que alguns profissionais podem não buscar atualização ou aplicar corretamente as técnicas mais recentes no tratamento de feridas (Garcial et al, 2022). Isso pode comprometer significativamente a recuperação e a qualidade do cuidado prestado. A documentação adequada também é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a comunicação eficaz entre os membros da equipe de saúde (Rosa Porto et al, 2024). E o que pode ser feito? Implementar a SAE para um ambiente organizado e planejado, e com finalidade de sempre trazer a segurança ao paciente e autonomia a enfermagem, tratamentos padronizados para as feridas, buscar qualificar os profissionais, capacitar para que se tenha um processo de enfermagem digno onde o profissional saiba que cada etapa possui seu devido valor (De Souza Resende et al., 2021). O estudo revela que a SAE é de suma importância no cotidiano da enfermagem, pois a padronização dos atendimentos beneficia tanto os

ISBN: 978-65-984435-0-4

profissionais quanto os pacientes. No entanto, pesquisas indicam que nem todas as unidades hospitalares seguem rigorosamente esses protocolos, comprometendo a qualidade do serviço prestado, especialmente em casos de feridas. Em tais situações, a falta de padronização pode comprometer todo o tratamento, que exige procedimentos específicos e contínuos para garantir uma boa comunicação entre a equipe e promover a melhor recuperação do paciente. Conclui-se, portanto, que há necessidade de maior adesão aos protocolos da SAE, e este estudo sugere que pesquisas adicionais sejam realizadas para aprofundar o entendimento sobre o tema.

Palavras-chave: SAE. Cuidados de Enfermagem. Feridas.

Referências

DE SOUZA RESENDE, G. et al. Protagonismo do enfermeiro no processo de cicatrização das feridas crônicas: um ensaio da literatura. **Recima21**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. e24250, 2021. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/250. Acesso em: 27 abr. 2024

GARCIA, T. D. F.; BORGES, E. L.; ALONSO, C. D. S. **Processo de enfermagem no atendimento de pacientes com ferida na atenção primária e secundária**: revisão integrativa. Congresso Paulista de Estomaterapia, [S. l.], 2022. Disponível em: https://anais.sobest.com.br/cpe/article/view/226. Acesso em: 26 abr. 2024.

PISSAIA, L. F. et al. Qualificação da assistência e do ensino do processo de enfermagem como método de realização da sistematização da assistência de enfermagem. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento,** [S. l.] , v. 6, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2913. Acesso em: 27 abr. 2024.

ROSA PORTO, L. et al. **Avaliação e tratamento de feridas no contexto da atenção primária**: educação permanente para enfermeiros. Congresso Brasileiro de Estomaterapia, [S. l.], 2024. Disponível em: https://anais.sobest.com.br/cbe/article/view/457. Acesso em: 26 abr. 2024.

---

[1] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, enf.milenaramos@gmail.com.

[2] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, leticia.bof02@gmail.com.

[3] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, lgdsm2604@gmail.com.

[4] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, correiaanacaroline0@gmail.com.

[5] Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, joao.33952@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

ENFRENTAMENTO À DEPRESSÃO EM PORTO VELHO - RONDÔNIA: UMA ABORDAGEM AMPLIADA SOBRE UM DESAFIO COMPLEXO

Flávia Torres da Silva[1], Alisson Fessine Rodrigues[2], Amanda Caroline Lima Costa[3], Samantha Saib Andrades Azevedo[4], Hudson Carlos Avancini Persch[5].

A depressão é um transtorno mental bastante comum, porém complexo e debilitante que afeta diversas áreas da vida não apenas do indivíduo que sofre com a doença, mas de toda a comunidade no seu entorno. (Solomon, 2014). No cenário global, a depressão atinge mais de 300 milhões de pessoas, sendo a principal causa de incapacidade no mundo inteiro. No Brasil, ela representa a segunda maior causa de morte por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos. Em 2022, dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) em parceria com o Ministério da Saúde (OPAS/OMS, 2024), apontaram que 10,6% da população adulta (acima de 18 anos) da cidade de Porto Velho foi diagnosticada com depressão por um profissional de saúde mental no ano anterior – comparativamente, a média nacional de prevalência de depressão entre adultos foi de 9,3% (Brasil, 2022). Esses números refletem a forma como a depressão emerge como um desafio complexo no contexto da saúde pública estadual e a urgência de ações específicas para lidar com a depressão na cidade de Porto Velho, pois os reflexos da doença vão muito além do indivíduo, afetando as estruturas coletivas da sociedade. Além disso, o estigma associado à doença tem se mostrado um obstáculo significativo que não apenas dificulta o diagnóstico e tratamento adequados, mas também amplia o sofrimento dos afetados e reduz a eficácia das políticas de saúde mental (Grubits & Guimarães, 2007). O presente trabalho investiga os desafios e as propostas de intervenção para o combate depressão e prevenção do suicídio na cidade de Porto Velho, com ênfase na Lei Municipal nº 2.747/20, que propõe a criação de ações em escolas do município mas, de uma forma vaga e carece ainda de medidas práticas, específicas e que sejam efetivas para enfrentar a urgência do problema. A metodologia escolhida combina a análise dos dados oficiais coletados com a revisão bibliográfica de publicações mais recentes livros e artigos científicos que tratam sobre o tema. Os resultados evidenciam a necessidade de dados mais específicos sobre os fatores de risco da depressão em Porto Velho para o direcionamento de políticas públicas mais específicas para tratar o problema, além de sinalizar para a urgência de combater o estigma social associado à doença, que muitas vezes é percebida como um problema individual e não como uma questão de saúde pública. Neste aspecto, uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar seria crucial para promover, inicialmente, a conscientização sobre

ISBN: 978-65-984435-0-4

o tema como forma de aproximar a população e dar acesso a ambientes inclusivos e livres de preconceitos para enfrentar esse desafio de forma mais eficaz.

Palavras-chave: Depressão. Estigma. Prevenção. Porto Velho - Rondônia.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIGITEL BRASIL 2021**. Brasília, DF: 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas. Acesso em: 25 abr. 2024.

GRUBITS, Sônia; GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. **Psicologia da saúde**: especificidades e diálogo interdisciplinar. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE – OPAS/OMS. **Tópicos. Depressão.** [Site]. Brasília, DF: OPAS/OMS; 2024. Disponível em: https://www.paho.org/en. Acesso em: 25 abr. 2024.

PORTO VELHO. **Lei Ordinária nº 2.747, de 28 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a implantação de ações preventivas à depressão em adolescentes nas escolas no Município de Porto Velho. Porto Velho, RO: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ro/p/porto-velho/lei-ordinaria/2020/275/2747/lei-ordinaria-n-2747-2020-dispoe-sobre-a-implantacao-de-acoes-preventivas-a-depressao-em-adolescentes-nas-escolas-no-municipio-de-porto-velho. Acesso em: 24 jun. 2024.

SOLOMON, Andrew. **O demônio do meio-dia: uma anatomia da depressão**. Companhia das Letras, 2014.

[1]Acadêmica do curso de Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, flaviattorres@gmail.com

[2]Acadêmico do Curso de Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, alisson.fessine.rodrigues@gmail.com

[3]Acadêmica do Curso de Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, amandada.50593@unifaema.edu.br

[4]Acadêmica do Curso de Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, samanthasaib20@gmail.com

[5]Doutorando, mestre e especialista em Direito. Professor e coordenador do Curso de Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, hudsonpersch@hotmail.com

ISBN: 978-65-984435-0-4

TRANSDISCIPLINARIDADE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM JUNTO À CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Beatriz Clicia Demicio[1], Sonia Carvalho de Santana[2]

O Transtorno de Espectro Autismo (TEA) é a nomenclatura utilizada para englobar diferentes síndromes marcadas por característica comuns. Está síndrome é caracterizada por conjuntos de sintomas que afetam o comportamento, socialização e a comunicação do indivíduo (Pinto et al., 2023). A equipe transdisciplinar deve estar preparada havendo habilidades e conhecimento para aborda e acompanhar o desenvolvimento da criança com TEA (Silva et al., 2019). Descrever aspectos relacionados à assistência de enfermagem e equipe transdisciplinar à criança com autismo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de tipo revisão integrativa da literatura. Os artigos utilizados foram obtidos do seguintes dados National Library of Medicine (PUBMED), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Cumulatetive Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL) e *Scientific Library OnLine* (SciELO). Recorreu-se a estudos disponíveis em sua totalidade nos anos entre 2019 a 2024 nos idiomas Português e Inglês. Os artigos versavam sobre dificuldades apontadas por integrantes da atenção primária em saúde e suas limitações conjunturais na detecção precoce do TEA, porém aponta que a Atividade Matricial (AM) é valorada frente a transdisciplinaridade do cuidado. Desde a compreensão da importância para a percepção de sinais e sintomas comuns do transtorno e características presente no TEA, tais como a ausência ou redução do contato visual, baixo interesse nas pessoas, movimentos estereotipados e dificuldade ou ausência da fala, que podem ser valorados em ações de acompanhamento de puericultura, através do monitoramento dos marcos do desenvolvimento; até cuidados após o diagnóstico, os quais incluem estimular a criança em busca da autonomia por meio do processo de enfermagem e praticando a objetividade durante o cuidado e a comunicação com essa criança e familiar. Frente ao TEA impõe-se que a equipe transdisciplinar atue desde a construção do cuidado à mudança nas práticas profissionais no campo da saúde em atenção primária, em mental e demais, cooperando assim para que aspectos facilitadores e dificultadores na consolidação do cuidado sejam sanados. O presente estudo evidenciou a existência de mudanças significativas nas práticas dos profissionais que referem à essencialidade para o cuidado junto ao TEA, pois há um fortalecimento das tomadas de decisões na assistência quando o apoio matricial oportuniza aspectos facilitadores e dificultadores como boa didática pedagógica dos matriciadores, em que os encontros regulares para as discussões de casos e o entrosamento entre as equipes são fatores que favorecem o avanço para o cuidado junto ao TEA. (Nunes et al., 2020).

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: Autismo. Cuidados de Enfermagem. Integralidade em Saúde.

Referencias

NUNES, A. K. A. et al. Cuidados de enfermagem à criança com autismo. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.] , v. 11, pág. e86991110114, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10114. Acesso em: 3 maio. 2024.

PINTO, T. R. et al. Apoio matricial na atenção básica: desafios para integralidade do cuidado em saúde mental: Apoio matricial na atenção básica. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, *[S. l.]*, v. 36, 2023. Disponível em: https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/13156. Acesso em: 3 maio. 2024.

SILVA, S. A. et al. (2019). Conhecimento da equipe interprofissional acerca do autismo infantil. ***Research, Society and Development.*** Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5606/560662200007/560662200007.pdf. Acesso em 21 de Junho de 2024.

[1]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, beatriz.57752@unifaema.edu.br

[2]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

OS IMPACTOS DA LGPD NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Camila Valera Reis Henrique[1], Valeria Santos Pereira Gonzaga[2], Bruno Neves da Silva[3]

A promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, resultou da necessidade de abordar um conflito evidente entre a gestão dos dados pessoais e a salvaguarda da privacidade, uma questão observada tanto no âmbito privado quanto público. Essa legislação tem sido adotada por empresas e entidades governamentais com o intuito de coletar dados ou conduzir análises relacionadas à segurança pública. O propósito principal deste estudo consistiu em examinar a implementação da LGPD, sancionada em 18 de setembro de 2020, como meio de regulamentar o embate entre a gestão dos dados pessoais e o direito à privacidade dos indivíduos. A metodologia empregada foi uma revisão da literatura. Quando se trata do âmbito trabalhista Pallotta e Moraes (2021) citam que os dados pessoais dos funcionários, enquanto titulares, são submetidos a vários processos de tratamento durante sua trajetória na empresa, que podem ser categorizados em quatro estágios distintos: antes da assinatura do contrato de trabalho, no momento da celebração do contrato, durante a vigência do contrato e ao término do mesmo. Para Silva; Pinheiro (2020) o estágio pré-contratual abrange o recrutamento, a análise de currículos e a seleção de candidatos. É crucial destacar que as empresas anunciam suas vagas abertas, e os candidatos, de forma direta, respondem a questionários e fornecem os dados pessoais solicitados pela empresa, fundamental a tomada de cuidados. Para a fase contratual Pallotta; Moraes (2021) citam que ocorre o início da contratação de um novo colaborador ou a formalização de um contrato com um prestador de serviços. A partir desse momento, há um incremento na quantidade de dados e documentos relacionados à interação entre a empresa e o trabalhador. Assim, é essencial adotar uma abordagem cuidadosa e proativa, implementando processos e procedimentos personalizados de acordo com as necessidades individuais de cada organização. Após a conclusão dos trâmites legais, o colaborador está oficialmente à disposição do empregador para desempenhar as funções acordadas no contrato de trabalho. No contexto dos contratos de trabalho, podemos discernir duas situações específicas: a primeira envolve os funcionários em geral, que devem ser informados sobre o tratamento de seus dados no momento da contratação; a segunda diz respeito aos operadores-empregados, responsáveis pelo tratamento dos dados e informações em nome do controlador. Portanto, é essencial que tanto o colaborador quanto o empregador compreendam como os dados serão gerenciados e quais são as implicações disso. (Pallotta; Moraes, 2021). E na fase de encerramento existem responsabilidades jurídicas vinculadas à retenção de registros que podem restringir a habilidade de atender prontamente às requisições dos titulares de dados para

ISBN: 978-65-984435-0-4

a exclusão imediata. (Neto; Cavalcante, 2019, p, 29). Nesse contexto, é crucial entender a dinâmica dos dados dentro da empresa em todas as fases, desde o recrutamento até o desligamento, e identificar quais membros da equipe, sejam empregados ou não, terão algum nível de acesso aos dados pessoais. Dessa forma, além de examinar a utilidade prática do processamento de dados pessoais, os encarregados pela conformidade devem assegurar sua legitimidade. Caso não seja legítimo, o processamento deve ser interrompido.

Palavras-chave: LGPD. Relação de trabalho. Tratamento de dados.

Referências

JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J.Q.P. **Direito do Trabalho**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PALLOTTA, Maurício; MORAES, Beatriz. **LGPD nas relações de trabalho**. Disponível em: https://pallottamartins.com.br/artigos/. São Paulo, 2021. Acesso em: 21 abril, 2024

SILVA, Fabrício Lima; PINHEIRO, Iuri. **Manual do compliance trabalhista**: teoria e prática. Salvador: JusPodium editora, 2020.

[1]Mestra, Centro Universitário UNIFAEMA, camilavalerareis@gmail.com.

[2]Bacharela em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, valeriagonzag@gmail.com.

[3]Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, brunogbnneves@gmail.com

ISBN: 978-65-984435-0-4

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: ATO INVIZIBILIDADO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Andressa Viana Faria[1], Karen T. Franco Sbaraini[2], Camila Valera Reis Henrique[3], Hudson Carlos Avancini Persch[4]

A violência obstétrica é um termo que utilizado para caracterizar as práticas violentas usadas durante o período gestacional, bem como durante o parto e pós-parto. Sendo assim, em razão da falta de informações, muitas mulheres acreditam que tais práticas são imprescindíveis para o nascimento de seu filho. À face do exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a interpretação do Tribunal de Justiça de Rondônia sobre o assunto abordado. As parturientes que mais sofrem violência obstétrica são as negras, visto que segundo dados lançados em 2014 na campanha SUS SEM RACISMO, do Ministério da Saúde, 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras e não tiveram nenhuma assistência. Não obstante, um dos fatores contribuintes para esta situação são os negacionistas da violência obstétrica, pois, o Conselho Federal de Medicina não aceita o termo violência obstétrica, sendo, na maioria das vezes camuflada pelo termo "erro médico''. A cesariana, por exemplo, sem o consentimento também é considerada violência obstétrica e pouquíssimas mulheres detém tal informação e acabam se sujeitando ao procedimento. A violência contra gestantes infelizmente é um assunto que passa despercebido pelas autoridades competentes e pela sociedade, além disso, é um assunto que não possui muita pauta, visto que vem sendo discutido a pouco tempo. Deste modo, uns dos fatores que levam a ocorrência dessa violência em Rondônia é o grande número de gestantes. Logo, a desumanização nos hospitais municipais e estaduais ocorre em prol da velocidade no atendimento, nesses casos, a violência tende a ser ainda mais intensificada (Ciello C. et al, 2012). As práticas utilizadas pelos médicos na hora de realizar o parto, são totalmente arbitrárias, visto que a parturiente não possui autonomia da vontade respeitada, na qual a decisão da sua via de parto não é levada em consideração pelos profissionais. De acordo com Vidal (2020), temos como exemplo o uso da episiotomia, que trata- se de um corte feito na vagina a fim de facilitar a passagem da cabeça da criança, porém é um procedimento não recomendado, que deve ser feito apenas em casos específicos, todavia é utilizado em grande parte dos partos. Em última análise, a Lei nº 4.173, aprovada no Estado de Rondônia em 2017, dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica. (Rondônia, 2017). Portanto, a violência obstétrica deve ser vista como um crime contra as parturientes, na qual ocorre a culpa consciente quando o sujeito prevê o resultado e ignora as consequências causadas a parturiente. Contudo, é inequívoco que é indispensável a punibilidade desses atos. Este estudo fez o uso da pesquisa qualitativa e descritiva, buscando

ISBN: 978-65-984435-0-4

compreender o fenômeno social no tocante a violência obstétrica. Ademais, utilizou a análise bibliográfica, bem como, a análise documental.

Palavras-chave: Conhecimento. Mulher. Violência Obstétrica.

Referências

CIELLO C, et al. Violência Obstétrica. **"Parirás com dor".** (Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio). Senado Federal. Brasília-DF. p 188. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdor/a/tgYkjrzLZ3MQxmpmknYRbgk/?lang=pt. Acesso em 17 jun. 2024.

RONDÔNIA. Lei n. 4.173, de 08 de novembro de 2017. **Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica, no Estado de Rondônia**. Disponível em: https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2017/8159/8159_texto_integral.pdf. Acesso em: 25 abril. 2024

VIDAL, Brenda. As faces da violência obstétrica. V**iolência obstétrica**, Google, 17 nov. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/ . Acesso em: 25 abril. 2024.

[1] Bacharelanda em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, andressaviana337@gmail.com.

[2] Bacharelanda em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, karen.teixeira1406@gmail.com.

[3] Mestra, Centro Universitário UNIFAEMA, camilavalerareis@gmail.com

[4] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, hudson.persch@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE HÍDRICA EM ARIQUEMES/RO E MEDIDAS DE GESTÃO

Rayssa Almeida da Rocha Souza[1], Heloisa Souza Barros[2], Felipe Cordeiro de Lima[3]

Segundo Castro et al. (2019), o desequilíbrio entre a disponibilidade de água e a sua demanda resulta em escassez hídrica, sendo esta influenciada pelo ambiente geográfico e climático. Além disso, são impulsionadas por atividades antrópicas, provocando alterações significativas nos padrões de precipitação e temperatura, se tornando um desafio na gestão dos recursos hídricos. Neste sentido, esta pesquisa objetivou-se avaliar possível situação de escassez de água no município de Ariquemes – RO e região nos próximos anos, analisar as práticas de gestão hídrica e identificar medidas eficazes para mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas. A metodologia baseia-se na revisão de estudos acadêmicos, Lei Federal n. 9.433/97 da Política Nacional de Recursos Hídricos, o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia, deliberações do Comitê de Bacias do Rio Jamari e dados de monitoramento ambiental, com enfoque na disponibilidade e na vulnerabilidade hídrica da região. Levando em consideração as causas e consequências dos acontecimentos recentes de escassez hídrica que afetaram toda a região Norte e os resultados obtidos por meio das revisões bibliográficas, é provável que Ariquemes enfrente situações preocupantes de escassez hídrica nos próximos anos, visto que os níveis dos principais corpos hídricos da região apresentaram uma redução progressiva. Essas alterações são agravadas pela expansão urbana desordenada, mudanças no uso e ocupação do solo, o desmatamento desenfreado e a predominância das atividades agropecuárias, sobressaindo as práticas agrícolas insustentáveis. Diante disso, observa-se a necessidade alarmante de revisão das práticas de gestão hídrica em Ariquemes. É imperativo que se adotem medidas de conservação e uso racional da água, além de políticas públicas que promovam a restauração e/ou a recuperação de áreas de preservação permanente degradadas de corpos hídricos, dando ênfase na proteção das nascentes. A pesquisa também sugere a importância de educar a população sobre o uso sustentável dos recursos hídricos, adesão de práticas conservacionistas do solo e a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água pluvial. Portanto, a gestão de recursos hídricos em Ariquemes deve ser tratada como uma prioridade estratégica para o desenvolvimento sustentável da região. As medidas identificadas, se implementadas efetivamente, podem contribuir na mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas e garantir a segurança hídrica para as gerações atuais e futuras. A colaboração entre o poder público, a sociedade civil e o setor privado são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: Escassez hídrica. Gestão de Recursos Hídricos. Atividades antrópicas.

Referências

CASTRO, A. L. DE A; ANDRADE E. P; UGAYA, C. M. L; FIGUEIREDO, M. C. B. **Escassez hídrica.** Embrapa. Infoteca-e. 2019. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1118218>. Acesso em: 04 mai 2024.

BRASIL. **Lei Federal n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1° da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

[1]Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária, Centro Universitário UNIFAEMA, rayssarochars@gmail.com

[2] Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária, Centro Universitário UNIFAEMA, helloiysa.barros26@gmail.com

[3] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, felipe.cordeiro@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO EM ÁREAS DE PRESENVAÇÃO PERMANENTE – APP NA AMAZÔNIA LEGAL

Heloisa Souza Barros[1], Rayssa Almeida da Rocha Souza[2], Felipe Cordeiro de Lima[3]

As Áreas de Preservação Permanente – APPs têm como principal propósito garantir a integridade dos recursos hídricos, a estabilidade geológica, a biodiversidade e a proteção do solo, além disso, buscam promover o bem-estar das populações humanas que dependem desses ecossistemas e são regulamentadas pela Lei 12.651 de 2012, no qual dispões sobre as condicionantes para delimitação das APPs (Brasil, 2012). No contexto das práticas de conservação de solo, as APPs representam ecossistemas sensíveis que requerem medidas específicas para sua conservação. No entanto, com o acelerado desenvolvimento das atividades agropecuárias e da expansão urbana, ocorre a remoção da cobertura vegetal dessas áreas, que por lei deveriam ser mantidas e, consequentemente, representam desafios para a conservação dessas áreas, afetando a qualidade do solo e da água da região. Neste sentido, esta pesquisa objetivou-se analisar práticas de conservação do solo voltadas para aplicação em áreas sensíveis e identificar estratégias eficazes para reduzir os impactos negativos da degradação do solo e da água da região da Amazônia Legal. A metodologia baseia-se na Lei Federal n. 12.651/12 (Brasil, 2012), em revisões de estudos acadêmicos relacionados com técnicas de recuperação de áreas degradadas com ênfase nas APPs e sua eficácia na proteção da biodiversidade na Amazônia Legal. Vale ressaltar que os principais causadores da degradação das APPs estão relacionados com a erosão hídrica do solo, pois envolve a desagregação, transporte e deposição de sedimentos (Oliveira et al, 2012), contribui para o assoreamento, sendo agravada por práticas insustentáveis de uso do solo e desmatamento. Os resultados demonstram que regiões onde as APPs são estritamente protegidas e possui práticas de manejo sustentável, apresentam significativamente melhores indicadores de qualidade de solo e de água, além de maior biodiversidade. Por outro lado, áreas onde a legislação é frequentemente desrespeitada ou inadequadamente aplicada mostram sinais visíveis de erosão do solo, redução da capacidade de infiltração hídrica e perda de biodiversidade (Veríssimo *et al*, 2011). Dentre os métodos de conservação do solo, destacam-se a restauração da vegetação nativa por meio técnicas como plantio em linhas, nucleação e semeadura, já a implementação de curvas de nível, terraços e paliçadas para controle de processos erosivos e assoreamento dos corpos hídricos (Verdum; Vieira; Caneppele, 2016). A recomposição da vegetação no entorno e aplicação das técnicas supracitadas, possibilitam o restabelecimento do equilíbrio ambiental, prevenindo o transporte contínuo de solo durante o período chuvoso para o leito do curso d'água e, consequentemente,

ISBN: 978-65-984435-0-4

o assoreamento do mesmo. Outra consideração relevante é a seleção das espécies a serem empregadas na restauração da vegetação, sendo adequado a utilização de espécies nativas do bioma amazônico. Entretanto, a falta de conhecimento e de recursos para a implementação dessas práticas entre os proprietários de imóveis rurais continua sendo uma barreira significativa. Sendo assim, é necessário intensificar os esforços para estimular a adoção de práticas sustentáveis de manejo do solo e conter o desmatamento nessas áreas sensíveis. Além disso, incentivos financeiros e a participação ativa da sociedade civil são meios que poderão contribuir para assegurar a proteção a longo prazo das APPs e dos recursos naturais, promovendo assim a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Conservação do Solo. Área de Preservação Permanente. Qualidade do solo e água.

Referências

BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 05 mai. 2024.

OLIVEIRA, Flávio *et al*. Fatores relacionados à suscetibilidade da erosão em entressulcos sob condições de uso e manejo do solo. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande.

VERÍSSSIMO, A. et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira:** avanços e desafios. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: https://imazon.org.br/areas-protegidas-na-amazonia-brasileira-avancos-e-desafios-2/. Acesso em: 05 mai 2024.

VERDUM, R; VIEIRA, C. L; CANEPPELE, J. C. G. **Métodos e Técnicas para o Controle da Erosão e Conservação do Solo**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189684/001007309.pdf. Acesso em: 05 mai 2024.

[1]Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária, UNIFAEMA, helloiysa.barros26@gmail.com

[2] Graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária, UNIFAEMA, rayssarochars@gmail.com

[3] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, felipe.cordeiro@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

OS IMPACTOS DA ROTULAGEM NUTRICIONAL NO MERCADO CONSUMERISTA: AS ADEQUAÇÕES DO BRANDING EMPRESARIAL ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Dandara Ranna Azevedo Fonseca[1], Otavio Dombroski Vieiral[2], Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan[3], Tamires De Assis Leal[4]

Este estudo analisou os avanços legislativos na regulamentação dos rótulos de alimentos no Brasil, destacando a importância da transparência para o poder de escolha do consumidor, no qual explica Porto e Carvalho (2022) que é essencial que as empresas ajustem os rótulos nutricionais e as embalagens dos produtos alimentícios. A metodologia empregada foi qualitativa, descritiva e explicativa. A pesquisa revelou que as normas brasileiras que exigem a divulgação das informações nos rótulos são fundamentadas em direitos constitucionais, protegendo os consumidores em suas relações de compra. A disponibilidade de informações claras nos rótulos permite aos consumidores fazerem escolhas conscientes, considerando os impactos na saúde. Essas informações são proporcionadas pelas normas de rotulagem da ANVISA como é o caso da Resolução nº 429/RDC, que estabelecem requisitos específicos para os conteúdos presentes nas embalagens dos produtos alimentícios. O estudo aborda a complexidade da rotulagem de alimentos e sua influência na consciência de compra dos consumidores, destacando a importância das tabelas nutricionais, certificações de qualidade, selos de sustentabilidade e informações sobre a origem dos ingredientes. A pesquisa objetivou explanar como uma embalagem com informações claras e precisas pode influenciar os consumidores a fazerem escolhas seguras e conscientes. A análise baseou-se em levantamentos analíticos, bibliográficos e documentais para compreender as responsabilidades das rotulagens em oferecer informações essenciais, como a presença de alérgenos ou substâncias prejudiciais nos produtos. Além disso, a pesquisa buscou discutir os direitos relacionados à segurança alimentar, saúde, liberdade de escolha e acesso à informação, todos correlacionados à rotulagem de produtos da indústria alimentícia, sendo um tema complexo segundo Andrade (2023) e necessita de estudos. Conclui-se que a transparência nas embalagens alimentícias, respaldada por normas legislativas, é crucial para que os consumidores exerçam seu poder de escolha de forma consciente e segura. A conformidade das empresas com as normas constitucionais e consumeristas também é ressaltada como um benefício para a credibilidade e responsabilidade das marcas no mercado alimentício, pois explica Andrade (2023) que o direito às informações está diretamente ligado à vulnerabilidade que se encontra o consumidor.

Palavras-chave: Alimentação. Legislação. Relação de Consumo. Saúde.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Referências

ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 429**, de 8 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-429-de-8-de-outubro-de-2020- 282070599. Acesso em: 01 fev. 2024.

ANDRADE, Ana Beatriz Lopes. **Direito à segurança alimentar: uma análise acerca da rotulagem frontal dos alimentos industrializados frente à garantia ao dever de informação, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor.** Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/37806/1/DireitoSeguran%c3%a7aAlimentar.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

PORTO, Anna Júlia Souza; CARVALHO, Ana Clara Martins. **Adequação de rótulos de alimentos às novas normas de rotulagem nutricional**. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6647/1/TCC%202%20-%20Anna%20J%c3%balia%20Souza%20Porto-1.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

[1]Graduanda em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, azevedodandara079@gmail.com.

[2]Graduando em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, otaviodombroskiv@gmail.com.

[3]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com.

[4]Graduanda em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, tamiresdeassisleal@outlook.com.

ISBN: 978-65-984435-0-4

O *BRAND EQUITY* DA MAQUIAGEM VERDE: A INFLUÊNCIA DO *COMPLIANCE* ECOLÓGICO NA CONSCIÊNCIA DE CONSUMO DOS BRASILEIROS

Tamires de Assis Leal[1], Dandara Rana Azevedo Fonseca[2], Otávio Dombroski Vieira[3], Paulo Roberto Meloni Monteiro Bressan[4]

Diante da visão de uma mola propulsora da cultura organizacional surge o *greenwashing*, no qual Lima (2019) expõe que é uma prática empresarial que lava qualquer indício de conduta não sustentável e que reconhece toda a etapa produtiva como “verde”, negligenciando o consumidor, o meio ambiente e as determinações legais ambientais, se sustentando em uma propagação de publicidade enganosa. Portanto, com base na necessidade de trazer à baila a discussão da maquiagem verde, ao qual expõe Alves (2020) no Brasil, é sugerido o uso da expressão "maquiagem verde" para referir-se à prática de *greenwashing*, uma vez que o termo "maquiagem" já é amplamente utilizado, inclusive por órgãos públicos, para descrever a camuflagem de determinadas características de produtos e serviços. A problemática abordada no trabalho foi a conduta empresarial de construção de uma *branding* ludibriadora, sem amparo na ética e nos valores morais esperados pelo mercado de consumo e que ignora qualquer vulnerabilidade do consumidor para a aquisição de uma lucratividade. Dessa forma, a presente tese nasce por meio de pesquisa descritiva com o objetivo de ampliar a visão crítica acerca da lavagem verde, tendo em vista que constantemente fornecedores se utilizam de um *marketing* agressivo e com elementos de uma falsa sustentabilidade para transmitir uma série de informações distorcidas, incompletas e incoerentes que fazem com que os consumidores acreditem que a *branding* que acreditam ser verdadeira de fato é sustentável. O trabalho usou a pesquisa explicativa para enfatizar sob a ótica do *compliance* verde que o *greenwashing* é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro e que uma vez utilizado pelas marcas, há um ataque direto aos princípios tutelados pela Constituição Federal, pelo Código Civil e principalmente pelo Código de defesa do Consumidor. Para alcançar o objetivo de discorrer sobre a proteção aos vulneráveis utilizou-se a pesquisa básica, na qual terá como fundamentos primordiais a busca de dados bibliográficos extraídos de bases eletrônicas e livros publicados que discutem o tema, sendo, portanto, as fontes: Editora Saraiva, Revista Direitos Humanos e Democracia e Revista Thesis Juris. Visualizou-se ao longo da pesquisa que a maquiagem verde nasce como base em uma conduta ecológica e se desdobra como uma publicidade enganosa e abusiva (Lima, 2019; Alves 2020), sendo uma das possíveis hipóteses para controlar o grande teatro verde aplicação direta de todas as diretrizes éticas de uma corporação, bem como também a real

ISBN: 978-65-984435-0-4

aplicação das legislações em vigor no ordenamento jurídico nacional que tutelam os direitos do consumidor.

Palavras-chave: Compliance. Maquiagem Verde. Marca. Marketing. Sustentabilidade.

Referências

ARAGÃO, Alexandra. Compliance Ambiental: Oportunidades e Desafios para Garantir um Desempenho Empresarial mais verde, real e não simbólico. **Compliance e Sustentabilidade: Perspetivas Brasileira e Portuguesa,** 2020. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/96005. Acesso em: 10 abr. 2024.

ALVES, Fabricio Germano. *Greenwashing* e sua configuração como publicidade enganosa e abusiva sob a perspectiva do microssistema de proteção e defesa do consumidor. **Revista Thesis Juris**, v. 9, n. 1, p. 104-120, 2020. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/thesisjuris/article/view/16974. Acesso em: 29 mar. 2024.

LEAL, Augusto Antônio Fontanive. Personalização, consumo e transtornos ambientais. **Revista Prisma Jurídico.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 189-207, jul./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/10319. Acesso em: 10 abr. 2024.

LIMA, Gabrielle Ferreira de. **O conhecimento e a atitude dos consumidores diante das práticas de greenwashing ou maquiagem verde**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50156. Acesso em: 04 abr. 2024.

[1]Graduando em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, tamiresdeassisleal@outlook.com.

[2]Graduando em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, azevedodandara079@gmail.com.

[3]Graduando em Direito, Centro Universitário UNIFAEMA, otaviodombroskiv@gmail.com.

[4]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, meloni.monteiro@gmail.com.

ISBN: 978-65-984435-0-4

AS DIFICULDADES RELACIONADAS AO DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Vitor Hugo Pereira Mayrink[1], Emilly Gabrielle Mamedio[2], Lucineia Silva de Lima[3], Jaqueline Catia Palma Oliveira[4], Sonia Carvalho de Santana[5]

De acordo com Pinto (2024) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um distúrbio complexo de desenvolvimento comportamental, envolvendo diversas etiologias e manifestações de gravidade distintas. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é abordar as consequências do diagnóstico tardio do TEA para os pacientes na fase adolescente e adulta. Desse modo, compreende-se que devido aos diversos fatores etiológicos e manifestações de gravidades diferentes o diagnóstico do transtorno é um processo complicado, o que leva muitas vezes a uma detecção tardia. Assim, conforme afirma Michelle Zaíra (2020, p. 10). Segundo Nalin (2022) “O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista na Fase Adulta” apresenta um conjunto variável de desordens neurológicas, compromete o desenvolvimento da comunicação e da interação social, além de estar associado a comportamentos sensório-motores restritos e repetitivos, estando o conjunto de sinais e sintomas do quadro envolvido com questões genéticas e outros fatores de risco. Existem agentes que influenciam áreas cerebrais ainda não identificadas, durante o período perinatal e neonatal, ligados a sinais neurológicos que são típicos de pacientes portadores de autismo. “Sendo assim, bem como expressa Rocha (2023) esse fato desencadeia prejuízos e impossibilita que o indivíduo busque intervenções para melhorar sua qualidade de vida. Aliado a diversos fatores que corroboram ao atraso do diagnóstico, torna-se compressível complicações no desenvolvimento de relacionamentos, o que pode acarretar um sentimento de culpa por serem diferentes”. Ademais, pacientes portadores do espectro autista têm elevado número de autolesão e pensamentos suicidas que são intensificados devido ao não contato a um possível tratamento e apoio profissional e familiar. Posto isto, atentar para as implicações do diagnóstico tardio na vida dos pacientes, e, como se dá a percepção destes após a designação de um diagnóstico, mostra que o foco médico ainda em grande parte está centrado no diagnóstico precoce de crianças com TEA, o que impacta negativamente a vida de pacientes adultos. É preciso sensibilizar e conscientizar os profissionais de saúde para que esses considerem o diagnóstico de transtorno do espectro autista na fase adulta, para contemplar uma parcela importante da população, pois obter um diagnóstico precoce auxilia ao encaminhamento assertivo, minimizando consequências, físicas, sociais, morais e espiritual (Menezes, 2020).

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista. Consequências. Diagnóstico tardio. Desenvolvimento

Referências

PINTO, M.N.R. da. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.**Campina Grande: Revista Gaúcha de Enfermagem, 2024. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/61572.Acesso em: 21 Set. 2024.

NALIN, M.L. da. I**mpactos do diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista em adultos.** Minas Gerais: Research, Society and Developpment, 2022. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i16.38175 em:12 dez. 2022.

ROCHA, P.V.da. **Diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista e seus impactos sociais e clínicos.** Curitiba: Brasilian Journal of Health Review, 2023.Disponível em: DOI:10.34119/bjhrv6n2-199 em: 5 abr. 2023.

MENEZES,M. Z.M.M. O DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA FASE ADULTA. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Psicologia, 2020. Disponível em: file:///C:/Users/INTERNO/Downloads/O%20DIAGNO%CC% em: 14 mar.2020.

[1]Graduando em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA,vitor.44117@unifaema.edu.br

[2]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, emilly.44000@unifaema.edu.br

[3]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, lucineia.49616@unifaema.edu.br

[4]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, jaqueline.47705@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAHANSENIASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Ana Paula Oliveira[1], Sonia Carvalho de Santana[2]

"De acordo com o Boletim Epdemiologico da Secretaria de vigilância em saúde e ambiente (2024) a hanseníase é uma doença milenar, infectocontagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae* que afeta a pele, os nervos periféricos, os olhos e a mucosa nasal*."* Não é hereditária, sua evolução depende de características do sistema imunológico do infectado. Apresenta-se como problema de saúde pública e está entre as doenças negligenciadas. É de notificação compulsória em todo o território nacional e de investigação obrigatória mediante o uso de ficha específica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Investigação. "De acordo com Conrado MC (2023) com a finalidade de evitar a negligência diagnóstica e o desenvolvimento de incapacidades físicas, ressaltamos a importância do conhecimento técnico sobre o diagnóstico e o manejo da hanseníase por profissionais da saúde." Trata-se de um compilado de informações que estão presentes em estudos científicos sobre Hanseníase a partir de artigos disponibilizados na Scientific Electronic Library Online (SciElo), Biblioteca Julio Bordignon, e Boletins Epidemiológico do Ministério da Saúde. A hanseníase é responsável pelo acometimento de nervos e pele, pode ocasionar incapacidades físicas permanentes com repercussões psicossociais. A atenção primária é o nível privilegiado para ações de controle da hanseníase, com planejamento e execução de atividades em cada etapa do processo de conhecimento do território e da população que nele habitam. "De acordo com Santana (2020) a busca dos contatos de casos confirmados e a avaliação em tempo oportuno é crucial para o diagnóstico precoce da hanseníase em crianças e adolescentes, pois só assim será possível diminuir as fontes de infecção, interromper a cadeia de transmissão, prevenir incapacidades físicas, psicológicas e sociais." A experiência que as pessoas têm dessa doença os habilita a descreverem sinais, sintomas, dores, medos e ansiedades. As pessoas relatam significativa melhora na sua vida após a descoberta, pois finalmente obtém uma conclusão diagnóstica e, com o início do tratamento apresentam melhora considerável dos sintomas da doença, amenizando dores e dormências no corpo, trazendo-lhes sensação de bem- estar. O programa de controle da hanseníase municipal deve se concentrar e promover atividades de controle sustentáveis com foco na vigilância ativa e o conhecimento sobre a doença, e em geral expresso pela própria experiência vivenciada, envolta de sentimentos negativos. É preciso sensibilizar e conscientizar os profissionais de saúde para que esses considerem o diagnóstico da hanseníase para contemplar uma parcela importante da população.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Palavras-chave: Hanseníase. Educação em Saúde. Estigma. Negligência.

Referência

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico**. Número especial 22. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/be_hansen-2024_19jan_final.pdf. Acesso em: 18 abr 2024.

Conrado M. C., Benvindo R. D. N., Galvão F. F. de S. P., Pereira M. F. da S., Silva Q. V. da, Pinheiro E. M. L. N. **Negligência no diagnóstico precoce de hanseníase na atenção primária: um relato de caso.** Hansen. Int. [Internet]. 7º de junho de 2023. Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/hansenologia/article/view/39030. Acesso em: 18 abr 2024.

Santana L. C., Rezende F. B., Giovelli A. A., Pedreira M. S., Martins-Melo F. R., Monteiro L. D. **Hanseníase em menores de 15 anos em área hiperendêmica da Região Norte do Brasil.** Hansen Int. 2018;43:e-2364. Disponível em https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/hansenologia/article/view/34600/33177. Acesso em 18 abr 2024.

[1]Graduanda em Enfermagem Centro Universitário UNIFAEMA, ana.17117@unifaema.edu.br

[2]Mestre Centro Universitário UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE ASSOCIADO AOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA.

Laís Mourete Maciel[1], Jessica de Sousa Vale[2]

Introdução: A doença renal crônica (DRC) consiste na perda progressiva da função dos rins, consequentemente, leva à perda de sua capacidade de filtrar o sangue e manter a homeostase. Quando a taxa de filtração glomerular (FG) atinge valores de referência muito baixo <15 mL/min/1,73m², é caracterizada como falência funcional renal (FFR), ou seja, o estágio mais avançado da perda funcional progressiva na DRC resultando no acúmulo de substâncias prejudiciais ao organismo (Silva, 2021). Em seu estágio mais avançado, chamada também de fase terminal de insuficiência renal crônica, os indivíduos iniciam um tratamento medicamentoso e posteriormente, são submetidos a tratamentos dialíticos. **Objetivo:** Relacionar os determinantes sociais da saúde que influenciam no desenvolvimento de insuficiência renal crônica. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, conduzida por uma revisão nas bases de dados SciELO e Research, Society and Development. Foram estabelecidos como critérios de elegibilidade: estudos observacionais redigidos em português, inglês ou espanhol, que avaliaram a prevalência da associação de hipertensão arterial e diabetes mellitus na DRC entre os anos 2019 à 2024. **Resultados:** De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) os determinantes sociais da saúde estão relacionados aos fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos ou raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde. Entre os fatores de risco ao desenvolvimento da doença renal crônica estão as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), em particular, a hipertensão arterial e o diabetes mellitus, quando associado ao envelhecimento (Baquero et al., 2019). **Discussões:** As DCNT apresentam fatores de risco complexos e inter-relacionados, os quais resultam das mudanças no estilo de vida da população. A doença renal vem sendo tratada de forma epidêmica, dado que cresce ano após ano devido a prevalência da hipertensão e diabetes mellitus, as principais causadoras da deterioração da função renal, ambas doenças que podem ser tratadas com alimentação saudável, atividade física e adesão à medicação ao ponto de evitar seu desdobramento em adoecimento renal. Dessa forma, o tratamento dessas doenças se constitui como medida preventiva ao adoecimento renal (Aguiar et al., 2020). **Considerações finais:** Torna-se fundamental ressaltar a importância do acompanhamento aos indivíduos portadores de hipertensão arterial sistêmica (HAS) e o diabetes mellitus (DM) na atenção primária a saúde, pois na fase inicial da doença a uma maior chance de um diagnóstico preciso. Na medida em que acontece a progressão para a

ISBN: 978-65-984435-0-4

insuficiência renal crônica terminal, majoritariamente assintomático, se torna mais difícil um diagnóstico definitivo da doença primária, considerando que os pacientes em estágio terminal da DRC, os rins já não conseguem mais manter a normalidade do meio interno do paciente (Silva, 2021).

Palavras-chave: Determinantes sociais da saúde. Doença renal crônica. Hipertensão arterial. Diabetes mellitus.

Referências

SILVA, TK da. **Diabetes mellitus e hipertensão arterial em pacientes com insuficiência renal crônica em diálise: uma revisão integrativa. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v.** 6, pág. e53410616121, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i6.16121. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16121. Acesso em: 1 maio. 2024.

AGUIAR, L. K. DE. et al.. **Fatores associados à doença renal crônica segundo critérios laboratoriais da Pesquisa Nacional de Saúde. Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200101, 2020.

BAQUERO PEREZ, Diana Sofia et al. Determinantes sociais da saúde influenciam as complicações de pacientes hipertensos e diabéticos que sofrem de insuficiência renal. **Revista médica Risaralda**, Pereira, v. 1, pág. 15 a 21 de junho de 2019. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-06672019000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 de maio de 2024.

GESUALDO, G. D. et al.. Fragilidade e fatores de risco associados em pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4631–4637, nov. 2020.

CRUZ, V. C. L. **Determinantes sociais do adoecimento renal: as mediações das condições e modos de vida com os processos de saúde e doença.** Disponível em: repositorio.unipampa.edu.br. Acesso em: 3 fev. 2023.

[1] Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, lais.41764@unifaema.edu.br.

[2] Mestre, Vice-reitora do Centro Universitário UNIFAEMA, jessica.vale@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

A UTILIZAÇÃO DA MUSICA COMO FERRAMENTA NO CUIDADO DE CRIANÇA COM TRANTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EMATENDIMENTO INTRA-HOSPITALAR

Ketllen Laieny Bueno da Rocha[1], Laura da Silva Bezerra[2], Jociel Honorato de Jesus[3], Kátia Regina Gomes Bruno[4]

O transtorno do espectro autista (TEA) é identificado pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social, comunicação e comportamento, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesse, isto é, o indivíduo desenvolverá um isolamento parcial ou total de si próprio e de sua família, desenvolvendo um comportamento antissocial. O trabalho teve como objetivo em apresentar os benefícios evidenciados na literatura da utilização da música como ferramenta no cuidado de enfermagem à criança com transtorno do espectro autista em atendimento. A metodologia utilizada trata-se de um estudo de natureza bibliográfica do tipo revisão integrativa da literatura dos últimos dez anos, realizada na plataforma Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde se encontram outros bancos de dados, a saber: *LILACS*, IBECS, BDENF, *MEDLINE*, Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, e *Scielo*. Utilizando os descritores "Assistência de Enfermagem", "Música", "Transtorno do espectro autista infantil". Contudo, ao abordar crianças com TEA em ambiente intra-hospitalar exige do profissional de saúde habilidades, conhecimento e estratégia de cuidado individualizado, o que se faz necessário a utilização de recursos terapêuticos como ferramenta auxiliar no processo de atendimento (Pimenta, 2021). Nesse sentido a música pode ser utilizada como ferramenta terapêutica para prevenção, recuperação e tratamento de enfermidades de forma individual ou em grupo. Uma das vantagens de usar música é que ela reduz Ansiedade, dor, irritabilidade, medo, angústia, aumento da autoestima e memória, integração social e muito mais (Dos Santos Pimenta E De Souza Amorim, 2021). A música é uma terapia eficaz, ao contrário de outras técnicas de cuidado, não é invasivo e sendo indolor, na qual possibilita promover no âmbito do cuidado alguns momentos únicos na comunicação, como algo inesperado no momento, podendo surpreender a todos que assistem esta comunicação ou até mesmo quem a realiza. Diante do exposto, esta pesquisa proporcionará uma nova abrangência de conhecimento sobre a questão do autismo, e a música como um meio de tratamento para o paciente (Barbosa E Julião, 2020) Cientes de uma demanda em todas as esferas do cuidado deve-se capacitar os profissionais e inovar as maneiras do cuidado, buscando novas ferramentas e técnicas para a promoção do mesmo, assim a música vem como forma inovadora de cuidado sendo necessária

ISBN: 978-65-984435-0-4

uma investigação minuciosa da eficácia e aplicabilidade deste cuidado.

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem. Música. Transtorno do espectro autista infantil.

Referências

DOS SANTOS PIMENTA, Camilla Gabriely; DE SOUZA AMORIM, Ana Carolina. Atenção e Cuidado de Enfermagem às Crianças Portadoras do Transtorno do Espectro Autista e seus Familiares. **Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 25, n. 3, p. 381-389, 2021.

PIMENTA, Nanci Gisele et al. O Desafio Para Enfermeiro Em Atendimento No Contexto Intra-Hospitalar: Crianças Portadoras de TEA/*the Challenge for Nurses in Care in the Intrahospital Context: Children with ASD.* ***Brazilian Journal of Health Review****, v. 4, n. 3, p. 12516-12534, 2021.*

BARBOSA, Malom Bhenson Tavares; JULIÃO, Isaac Henrique Tavares; SOUSA, Ana Karollyne Cavalcanti. Atuação dos profissionais enfermeiros no transtorno do espectro autista. 2020.

[1] Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, ketllenbueno36@gmail.com.

[2] Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, labesilva54@gmail.com.

[3] Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, jociel.honorato@unifaema.edu.br.

[4] Mestra, Centro Universitário UNIFAEMA, katia.bruno@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

ANÁLISE DA DECISÃO DA ADPF Nº 347 E A EFETIVIDADE DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Hudson Carlos Avancini Persch[1], Dilene Serafim Barbosa[2], Sandra Aparecida de Oliveira Faria[3], Taislaine Bento da Silva[4], Yasmin Maria Araújo Lopes[5]

Sob uma aparência de ativismo judicial presente em nosso contexto, argumentos jurídicos têm sido utilizados para conferir ao Judiciário papéis que não lhe são próprios, invadindo esferas de atuação dos outros poderes. Novos conceitos, oriundos de sistemas jurídicos estrangeiros, estão sendo adaptados à nossa realidade constitucional e às preferências dos juízes e tribunais locais. Um exemplo disso é a adoção do "Estado de Coisas Inconstitucional". Nesse contexto, este estudo concentrou-se na implementação do conceito de estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em particular durante o julgamento da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347/2015 e, posteriormente, na decisão final em outubro de 2023 (Brasil, 2023). Originado da abordagem de demandas estruturais, o objetivo foi abordar as diversas violações de direitos e garantias que afetam a população carcerária, declarando a inconstitucionalidade não normativa do sistema prisional brasileiro. O Estado de Coisas Inconstitucional pode ser entendido como uma forma de ação estrutural, caracterizada por critérios rigorosos que permitem identificar a discrepância entre as normas constitucionais e a realidade social (Santos; Pereira, 2016, p. 255-256). Diante de violações massivas e sistemáticas de direitos fundamentais decorrentes de deficiências estruturais do Estado, essa ação possibilita que ordens sejam emitidas a órgãos e autoridades para corrigir a inconstitucionalidade (Martins, 2022, p. 516-517). O Supremo Tribunal Federal, em 2015, ao julgar a Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade, adotou a tese do Estado de Coisas Inconstitucional, declarando a inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro (Brasil, 2015). O PSOL apresentou um panorama detalhado da situação, destacando a extensão do conhecimento estatal nas esferas de Poder. O documento descreveu condições carcerárias deploráveis, incluindo celas superlotadas, insalubres e imundas, propagação de doenças infectocontagiosas, qualidade inadequada da comida, extremos de temperatura, falta de água potável e produtos de higiene básicos, além de relatos de homicídios, espancamentos, tortura e violência sexual praticados tanto por outros detentos quanto por agentes do Estado (Brasil, 2015). Esperava-se que tal declaração resultasse em medidas estruturais flexíveis, conduzidas e supervisionadas com a contribuição das partes afetadas. No entanto, após o impacto controverso do Estado de Coisas Inconstitucional, surge a necessidade de analisar o instituto

ISBN: 978-65-984435-0-4

desde sua origem e contextualizá-lo ao Brasil. A problemática da pesquisa foi centrada na viabilidade prática dessa adoção para corrigir falhas estruturais, levantando a questão central: o Estado de Coisas Inconstitucional, conforme adotado, é eficaz para superar violações massivas aos direitos fundamentais no Brasil? A hipótese levantada sugere que o Estado de Coisas Inconstitucional não foi adotado de maneira eficaz para proporcionar uma melhoria na realidade brasileira. Em vez disso, sua utilização como base para ação de controle concentrado parece refletir apenas a influência do contexto social sobre o jurídico, sem um compromisso efetivo com a adaptação do texto constitucional à realidade fática (Abboud, 2018, p. 1000). Quanto à metodologia, foi utilizado o método indutivo e descritivo. Além disso, a abordagem foi considerada como pesquisa básica, de natureza qualitativa e explicativa. Utilizou-se ainda, a pesquisa documental, por meio da análise de jurisprudência e legislação vigente no Brasil e a bibliográfica, por meio da revisão de livros e artigos científicos. Por fim, concluiu-se que a utilização do Estado de Coisas Inconstitucional como justificativa para uma possível usurpação de competências constitucionais representa não apenas um álibi teórico perigoso, mas também uma ameaça ao equilíbrio entre os poderes e à preservação dos princípios democráticos. A autonomia e a harmonia entre os poderes devem ser protegidas, e qualquer argumentação em contrário deve ser cuidadosamente analisada à luz dos valores democráticos fundamentais.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Constituição. Estado de Coisas Inconstitucional. Supremo Tribunal Federal.

Referências

ABBOUD, Georges. **Processo constitucional brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 347**. Rel. Min. Marco Aurélio. Ministro Luís Roberto Barroso (Presidente), Redator para o acórdão. Data do julgamento: 04 out. 2023. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Primeira Turma. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 347 MC/DF**. Rel. Min. Marco Aurélio. Data do julgamento: 09 set. 2015. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665. Acesso em: 10 jan. 2024.

ISBN: 978-65-984435-0-4

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SANTOS, Gabriel Faustino; PEREIRA, Camilla Martins Mendes. Em busca de alternativas para a judicialização da saúde: o estado de coisas inconstitucional na saúde pública brasileira. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 67-84, jan./jun. 2016.

[1]Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR. Professor e Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário UNIFAEMA, hudsonpersch@hotmail.com.

[2]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, dilene.50552@unifaema.edu.br

[3]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, sandra.59822@unifaema.edu.br.

[4]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, taislaine.27706@unifaema.edu.br

[5]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA. yasmin.38329@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

FOI O BOTO? REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA SEXUAL COMETIDA CONTRA A MULHER RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

Hudson Carlos Avancini Persch[1], Dilene Serafim Barbosa[2], Sandra Aparecida de Oliveira Faria[3], Taislaine Bento da Silva[4], Yasmin Maria Araújo Lopes[5]

A violência sexual contra mulheres ribeirinhas na Amazônia é um fenômeno complexo que demanda uma análise cuidadosa das representações intrínsecas presentes na construção mitológica do boto-cor-de-rosa. Este artigo científico buscou, portanto, discutir e refletir sobre essa problemática, com o objetivo geral de analisar as implicações socioculturais da lenda do boto no contexto da violência sexual contra mulheres ribeirinhas, bem como suas manifestações e percepções contemporâneas (Faria; Da Silva, 2023, p. 293). Para alcançar esse objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos: primeiro, examinou-se as representações simbólicas presentes na lenda do boto-cor-de-rosa e sua relação com a violência sexual; segundo, foi-se quantificado e analisado a incidência de violência sexual contra mulheres ribeirinhas na Amazônia; terceiro, examinou-se as políticas públicas e privadas existentes para mitigar a violência sexual nessas comunidades. Nesta senda, a justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender as raízes culturais e simbólicas que permeiam a perpetuação da violência sexual, bem como na urgência de desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate a esse problema. Ademais, a problemática central deste estudo envolve a análise das representações simbólicas presentes na lenda do boto e como estas contribuem para mascarar e perpetuar a violência sexual contra mulheres ribeirinhas, dificultando sua identificação e denúncia. Para tanto, as hipóteses se limitaram em sugerir que a construção simbólica do boto na mitologia amazônica atua como um mecanismo de ocultação e normalização da violência sexual, tornando-a aceitável dentro dessas comunidades. Além disso, acredita-se que a falta de políticas eficazes e a invisibilidade dessas mulheres contribuem para a persistência desse problema (Jesus, 2015, p. 165). Para abordar essas questões, foi-se adotado uma metodologia quali-quantitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando como principais fontes livros e artigos científicos previamente publicados sobre o tema. Foi utilizado, ainda, uma abordagem descritiva para analisar as representações simbólicas presentes na lenda do boto-cor-de-rosa e sua relação com a violência sexual. Neste diapasão, após uma extensa revisão bibliográfica e análise dos dados disponíveis, buscou-se identificar uma correlação significativa entre as representações simbólicas presentes na lenda do boto e a incidência de violência sexual contra mulheres ribeirinhas na Amazônia. Os resultados desta pesquisa indicam que a mitologia do boto, ao romantizar e normalizar a violência sexual,

ISBN: 978-65-984435-0-4

contribui para a perpetuação desse tipo de crime dentro das comunidades ribeirinhas. No que diz respeito às políticas públicas e privadas, verifica-se a necessidade de um maior investimento em programas de prevenção, sensibilização e assistência às vítimas, bem como para o fortalecimento da legislação e sua efetiva aplicação nas áreas ribeirinhas da Amazônia (Messa; Calheiros, 2023, p. 73). Além disso, sugere-se a urgência de ações concretas para enfrentar a violência sexual contra mulheres ribeirinhas na Amazônia, incluindo o reconhecimento e a desconstrução das narrativas mitológicas que perpetuam esse tipo de violência, o fortalecimento dos sistemas de saúde e justiça nessas regiões e a implementação de políticas públicas sensíveis às especificidades culturais e geográficas das comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Amazônia. Mulheres. Ribeirinhas. Violência sexual.

Referências

FARIA, Ana Gabriela Damasceno; DA SILVA, Luiza Bulhões Franco. Boto Cor-de-rosa: Uma narrativa que perpassa o folclore brasileiro e enreda o silenciamento de altos índices de estupro de vulnerável e seus impactos psicológicos na Amazônia. **Revista Jurídica do Cesupa**, v. 4, n. 1, 2023.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Violência contra a mulher:** aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006, 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

MESSA, Ana Flávia.; CALHEIROS, Maria Clara da Cunha. **Violência contra a Mulher**. São Paulo: Almedina, 2023.

---

[1]Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR. Professor e Coordenador do curso de Direito do Centro Universitário FAEMA – UNIFAEMA, hudsonpersch@hotmail.com.

[2]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, dilene.50552@unifaema.edu.br

[3]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, sandra.59822@unifaema.edu.br.

[4]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, taislaine.27706@unifaema.edu.br

[5]Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UNIFAEMA, yasmin.38329@unifaema.edu.br.

ISBN: 978-65-984435-0-4

CUIDADO PALIATIVO: O PAPEL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO SUPORTE INTEGRAL AO PACIENTE TERMINAL

Jéssica Castro dos Santos[1], Livia da Mata Vargas Silva[2]

Introdução: A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que a cada ano 56 milhões de pessoas precisem de cuidados paliativos e conceitua que os cuidados paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar objetivando a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares (WHO,2002). Dessa forma, os cuidados paliativos vêm deixando de ser aplicado somente no processo de morte do paciente e passando a ser ofertado como uma modalidade terapêutica desde o início do diagnóstico. Vattimo et al (2023) aponta que no Brasil, os cuidados paliativos estão alinhados à integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído na Constituição Federal de 1988, que traz esse princípio estabelecendo-o como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços em todos os níveis de complexidade do sistema. Diante do exposto, remete-se abordar a importância sobre como é ofertada essa assistência multidisciplinar ao paciente terminal, sendo este compreendido como aquele que "independente das medidas terapêuticas adotadas, evoluirá de forma inexorável para a morte" (Moritz et al, 2008, p.423), como forma de garantir seu cuidado integral **Objetivo:** Estabelecer o papel da equipe multidisciplinar no suporte integral ao paciente terminal em cuidados paliativos. **Metodologia:** Este estudo é caracterizado como uma revisão de literatura descritiva, realizada por meio de pesquisa bibliográfica com objetivo de identificar o papel da equipe multidisciplinar no suporte integral ao paciente terminal em cuidados paliativos. **Discussão:** O termo cuidado paliativo é comumente utilizado para qualificar as ações da equipe multidisciplinar que auxiliam os pacientes em terminalidade de vida a se adaptarem às mudanças impostas pela doença e pela dor. Essas ações visam, prioritariamente, a promoção da reflexão sobre o enfrentamento dessa condição de ameaça à vida. Apesar de ser uma assistência recente, datada a partir de 1980, os cuidados paliativos vêm sendo amplamente divulgado e defendido pelas categorias profissionais visto que ao se consistir em uma proposta de cuidado que engloba os aspectos: físico, mental, espiritual e social, exige a complementação de saberes e a partilha de responsabilidades. Dessa forma, a equipe consegue compreender, de forma ampla e diversificada, os multi determinantes do adoecimento garantindo o atendimento às necessidades de cuidado do paciente, que cada vez mais vem exigindo da equipe multidisciplinar o acolhimento e a escuta. Compreende-se, assim, que a abordagem passa a ser centrada no paciente. Portanto, a equipe multidisciplinar passa a assumir o papel de garantia da dignidade de vida do paciente, inclusive em seu processo de morte, respeitando a sua

ISBN: 978-65-984435-0-4

autonomia. **Considerações Finais**: A morte ainda é um tabu para as equipes multidisciplinares, que, em grande maioria, não possuem ainda no seu currículo de graduação disciplinas que abordem cuidados paliativos e o processo da morte. Concluímos, que é preciso investir na formação bioética de profissionais capacitados para que essa demanda seja atendida através de programas de residência médica e multidisciplinar, de educação continuada e de treinamento.

Palavras-chave: Cuidados paliativos. Interdisciplinaridade. Unidade de terapia intensiva.

Referências

MORITZ, R.D. Terminalidade e Cuidados Paliativos na Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v.20, n.4, p. 422-428, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-507X2008000400016 . Acesso em: 21 abr. 2024.

_____(org). **Cuidados paliativos nas unidades de terapia intensiva** - São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

VATTIMO, E.F.Q., et al. **Cuidados paliativos: da clínica à bioética** : volume 1 - editora executiva Concilia Ortona. Vários autores.- São Paulo : Cremesp, 2023.

WHO, *World Health Organization.* ***National cancer control programmes:*** *policies and managerial guidelines*. Genebra, Suíça: World Health Organization; 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42494/9241545577.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2024.

[1]Fisioterapeuta. Doutoranda do Programa de Pós Graduação de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Universidade Federal Fluminense, Mestre em Saúde e Educação - UNAERP, jecastro@id.uff.br.

[2]Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós Graduação de Bioética, Ética Aplicada e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, liviavargas@ufrj.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

ENTENDENDO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A DENGUE

Laura Bezerra da Silva[1], Ketllen Laieny Bueno da Rocha[2], Sonia Carvalho de Santana[3].

O resumo simples apresentado trata-se de uma pesquisa bibliográfica de tipo revisão integrativa da literatura. Os artigos utilizados foram obtidos de maneira on-line, e anexados na referência bibliográfica. A dengue, uma infecção viral aguda que é transmitida de pessoa para pessoa através da picada do mosquito *Aedes aegypti*, tornou-se um grande desafio de saúde pública no Brasil e no mundo. Hoje, a dengue está crescendo mais rapidamente do que qualquer outra doença infecciosa no mundo, com um aumento de 400% em 13 anos (de 2000 a 2013). Estima-se que haja cerca de 100 milhões de casos sintomáticos de dengue por ano, juntamente com mais 300 milhões de infecções assintomáticas. A maior carga está concentrada na Ásia (75%), seguida pela América Latina e África (Organização Mundial da Saúde, 2019). No Brasil, a dengue é considerada um dos principais problemas de saúde que resultam em hospitalizações, afetando principalmente crianças e adolescentes (Ministério da Saúde, 2024a). Com a propagação contínua da dengue no Brasil e globalmente, o país tomou uma iniciativa ao incluir a vacina contra a dengue no calendário nacional de imunização; ela estará disponível para pessoas em áreas endêmicas de 521 cidades a partir de fevereiro de 2024. Essa iniciativa é resultado da colaboração com o Conass e o Conasems - entidades representativas das autoridades sanitárias estaduais e municipais - seguindo as orientações da Assessoria Técnica em Imunização (CTAI) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). As regiões selecionadas para a campanha de vacinação devem atender a critérios específicos, incluindo ter uma ou mais grandes cidades com população superior a 100.000 habitantes e um aumento na transmissão da dengue observado durante os anos de 2023 e 2024, com predominância do sorotipo 2 do DENV.(Ministério da Saúde, 2024b) O público, em 2024, será composto por crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, faixa etária que concentra o maior número de hospitalizações por dengue, depois de pessoas idosas. O esquema vacinal é composto por duas doses com intervalo de três meses entre elas. Embora exista a vacina contra a dengue, o controle do vetor Aedes aegypti é o principal método para a prevenção e controle para a dengue e outras arboviroses urbanas como *chikungunya* e Zika, seja pelo manejo integrado de vetores ou pela prevenção pessoal dentro dos domicílios (Ministério da Saúde, 2024c). A estação chuvosa e o clima quente, juntamente com o alerta da OMS sobre mais vírus por causa do *El Niño* e dos surtos anteriores de DENV-3 e DENV-4 no país, fizeram com que o Ministério da Saúde planejasse com antecedência para a próxima temporada. Combater a dengue é uma tarefa que compete a todos. É importante que governos, comunidades e cidadãos colaborem para eliminar os locais

ISBN: 978-65-984435-0-4

de reprodução dos mosquitos, apliquem repelente, vistam roupas leves e de mangas compridas, mantenham as residências limpas e bem ventiladas, e se vacinem quando estiver disponível nas Unidades Básicas de Saúde da região.

Palavras-chave: Dengue. Vacinação. Saúde Primária.

Referências

Ministério da Saúde. **Dengue**. 2024a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue. Acesso em: 17 de abril de 2024.

Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde anuncia estratégia de vacinação contra a dengue**. 2024b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/ministerio-da-saude-anuncia-estrategia-de-vacinacao-contra-a-dengue/. Acesso em: 17 de abril de 2024.

Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios/Ministério da Saúde**. 2024c. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue/situacao-epidemiologica/serie-historica-casos-provaveis-de-dengue-2000-2023/view. Acesso em: 23 de abril 2024.

Organização Mundial da Saúde. **Dengue**. 2024. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/dengue-and-severe-dengue. 29 de setembro de 2019. Acesso em: 17 de abril de 2024.

[1]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, labesilva54@gmail.com

[2]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, ketllenbueno36@gmail.com

[3] Mestre no Centro Universitário UNIFAEMA, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

SANEAMENTO BÁSICO RURAL: SAÚDE DE MENINAS E MULHERES

Yohanna Carolina Rodrigues da Silva[1], Felipe Cordeiro de Lima[2]

O direito à vida com dignidade está diretamente ligado ao acesso a água tratada e esgoto, impactando especialmente a saúde das mulheres. Pesquisas como os estudos “Os impactos da ausência de saneamento na saúde da mulher” de acordo com BRK Saneamento Ambiental (2019) e “O Saneamento e a Vida Da Mulher Brasileira” na perspectiva de Freitas e Magnabosco (2022) do Instituto Trata Brasil, analisam e evidenciam a importância do saneamento para a vida feminina. As investigações e análises tende a compreender a situação atual do saneamento rural, destacando as demandas de saúde das mulheres e meninas nesse contexto, visando trazer maior visibilidade relacionada ao tema exposto. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão bibliográfica em relatórios, estudos, artigos e materiais relacionados ao tema, a fim de delinear o atual nível e alcance dos serviços de água e esgoto em áreas rurais, com foco na saúde das mulheres e meninas. De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Rural (Funasa, 2019) a carência em investimentos e desenvolvimentos nessas áreas é devido à pouca visibilidade que provém da questão que, as ações para desenvolvimento do saneamento no país estão direcionadas a localidades que originam mais lucros e menos gastos. Devido a disparidade nas atribuições domésticas, as mulheres têm maior contato com água, afetando-as em suas atividades. Isso pode resultar em dificuldades financeiras, acadêmicas etc. O Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2006), relata a evacuação por parte de meninas principalmente em áreas rurais. É valoroso exprimir que, a mulher não é atingida somente por ficar doente e necessitar se afastar ou interromper suas atividades, como já exposto desde o princípio da disposição, mas também a responsabilidade por zelar de familiares acabam por ser delas, a tal maneira que, quando ocorre de um ente ficar doente, a mulher quem suspende seus afazeres, incluindo estudo, porém muita das vezes aumentando a demanda em outros aspectos, pois são elas as responsáveis por levar ao médico, acompanhar em internações, repassar corretamente prescrições medicas em casa e etc. A pesquisa demonstra que a carência de acesso prejudica o desenvolvimento da vida de mulheres e meninas. Irrefutável que o fato de a população rural ser situada de modo afastado, há uma dificuldade em identificar e executar as demandas, a contar das questões de engenharia, construção das obras para desenvolvimento das metas. Além disso, destacam o fardo adicional das mulheres na busca de água, ressaltando a sobrecarga de responsabilidades que afeta diretamente seu tempo e capacidade de conciliar diversas tarefas. Para o abastecimento de água, a alternativa mais bem avaliada é a abertura de poços e sendo

ISBN: 978-65-984435-0-4

impreterível que o tratamento e coleta de esgoto é mais dificultoso pelo motivo de ser mais complexo e demandar mais requisitos para êxito, tendo como opções a fossa séptica biodigestora, jardim filtrante e outros, tal qual a escolha necessitará da verificação das necessidades e possibilidades para cada situação (Silva, 2014).

Palavras-chave: Saneamento Básico Rural. Saúde. Mulher.

Referências:

BRK Ambiental. Os impactos da ausência de saneamento na saúde da mulher. Blog BRK Ambiental, In: **SANEAMENTO em Pauto por BRK**. Disponível em: https://blog.brkambiental.com.br/saude-da-mulher/. Acesso em: 30 abr. 2024.

FREITAS, Fernando Garcia de; MAGNABOSCO, Ana Lelia. **O saneamento e a vida da mulher brasileira.** São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2022. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/o-saneamento-e-a-vida-da-mulher-brasileira-2022/. Acesso em: 30 abr. 2024.

FUNASA. Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional De Saneamento Rural** – Brasília: Funasa, 2019. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf/08d94216-fb09-468e-ac98-afb4ed0483eb. Acesso em: 30 abr. 2024.

Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD). **A água para lá da escassez:** poder, pobreza e a crise mundial da água. 2006. Disponível em: https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/PNUD%202006%20Relatorio%20do%20Desenvolvimento%20Humano%202006%20-%20PORTUGUESE.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Wilson Tadeu Lopes da. **Saneamento básico rural:** ABC da Agricultura Familiar. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 74 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/128259/1/ABC-Saneamento-basico-rural-ed01-2014.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

[1]Graduanda em Eng. Ambiental e Sanitária, Centro Universitário UNIFAEMA, eng.ambientalyohanna@outlook.com.

[2]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, felipe.cordeiro@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA O ENFRENTAMENTO DAHANSENIASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Ana Paula Oliveira[1], Sonia Carvalho de Santana[2]

A hanseníase é uma doença milenar, infectocontagiosa causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae* que afeta a pele, os nervos periféricos, os olhos e a mucosa nasal (BRASIL,2024). Não é hereditária, sua evolução depende de características do sistema imunológico do infectado. Apresenta-se como problema de saúde pública e está entre as doenças negligenciadas. É de notificação compulsória em todo o território nacional e de investigação obrigatória mediante o uso de ficha específica do Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Investigação. Este trabalho, trata-se de revisão de literatura, a partir de estudos científicos sobre Hanseníase disponibilizados na Scientific Electronic Library Online (SciElo), Biblioteca Julio Bordignon, e Boletins Epidemiológico do Ministério da Saúde. Com a finalidade de evitar a negligência diagnóstica e o desenvolvimento de incapacidades físicas, é consenso a importância do conhecimento técnico sobre o diagnóstico e o manejo da hanseníase por profissionais da saúde. (Conrado MC, 2023). A hanseníase é responsável pelo acometimento de nervos e pele, pode ocasionar incapacidades físicas permanentes com repercussões psicossociais. A atenção primária é o nível privilegiado para ações de controle da hanseníase, com planejamento e execução de atividades em cada etapa do processo de conhecimento do território e da população que nele habitam. Como medidas efetivas para o controle da hanseníase a busca dos contatos de casos confirmados e a avaliação em tempo oportuno é crucial para o diagnóstico precoce da hanseníase em crianças e adolescentes, pois só assim será possível diminuir as fontes de infecção, interromper a cadeia de transmissão, prevenir incapacidades físicas, psicológicas e sociais. (Santana, 2018). A experiência que as pessoas têm dessa doença os habilita a descreverem sinais, sintomas, dores, medos e ansiedades. As pessoas relatam significativa melhora na sua vida após a descoberta, pois finalmente obtém uma conclusão diagnóstica e, com o início do tratamento apresentam melhora considerável dos sintomas da doença, amenizando dores e dormências no corpo, trazendo-lhes sensação de bem estar. As atividades da hanseníase em nível municipal deve se concentrar e promover atividades de controle sustentáveis com foco na vigilância ativa e o conhecimento sobre a doença. É preciso sensibilizar e conscientizar os profissionais de saúde para que esses considerem o diagnóstico da hanseníase para contemplar uma parcela importante da população.

Palavras-chave: Hanseníase. Educação em Saúde. Estigma. Negligência.

ISBN: 978-65-984435-0-4

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente**. Boletim Epidemiológico.** Número Especial 22 Jan. 2024 .Secretaria De Vigilância Em Saúde E Ambiente. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/be_hansen-2024_19jan_final.pdf. Acesso em 18 abr. 2024.

Conrado M. C., Benvindo R. D. N., Galvão F. F. de S. P., Pereira M. F. da S., Silva Q. V. da, Pinheiro E. M. L. N**. Negligência no diagnóstico precoce de hanseníase na atenção primária**: um relato de caso. Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/hansenologia/article/view/39030. Acesso em 18 abr. 2024.

Santana L. C., Rezende F. B.,Giovelli A. A., Pedreira M. S., Martins-Melo F. R., Monteiro L. D. **Hansenías e em menores de15 anos em área hiperendêmica da Região Norte do Brasil**. Disponível em https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/hansenologia/article/view/34600/33177. Acesso em 18 abr. 2024.

[1]Graduanda Enfermagem Centro Universitário UNIFAEMA, ana.17117@unifaema.edu.br

[2] Mestre Centro Universitário Unifaema, sonia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

A IMPORTÂNCIA DA LUTA ANTIMANICOMIAL NO BRASIL

Maria Clara Alves Benedito[1], Sthephannye Feitosa Massarute Ferreira[2], Katiuscia Carvalho de Santana[3].

A reforma psiquiátrica representou um marco significativo na evolução do tratamento e da abordagem das doenças mentais. Ao longo do tempo, a psiquiatria progrediu consideravelmente em busca da melhoria da integridade física e psicológica dos indivíduos. Neste resumo, citaremos sua relevância, destacando suas lutas, desafios e contribuições para a sociedade contemporânea. O propósito é disseminar informações sobre uma triste realidade que afetou o país, e ao fazê-lo, refletir sobre a importância da valorização da saúde mental, um tema que ganha destaque gradativamente. Para a elaboração deste resumo, foram conduzidas pesquisas em fontes digitais, incluindo sites acadêmicos (SCIELO), assim como em materiais físicos disponíveis na biblioteca do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA, abordando o tema em questão e seus impactos na Psicologia. A Reforma Psiquiátrica no Brasil emergiu como um movimento para revolucionar as práticas terapêuticas baseadas em violência, que eram consideradas tratamento, seguindo as ideias inovadoras do psiquiatra Franco Basaglia. A partir de 1973, quando suas descobertas foram introduzidas no Brasil, sua abordagem passou a ser endossada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), (Serapioni, 2019). Uma das principais características da Reforma consistiu no desmantelamento dos manicômios, estabelecendo que a internação só seria indicada caso fosse comprovado que o tratamento não seria eficaz fora do ambiente hospitalar. Em 1978, diversos profissionais denunciaram à Divisão Nacional de Saúde Mental (Dinsam) as condições desumanas vivenciadas pelos pacientes na maioria dos hospitais psiquiátricos no país (Lüchmann, 2007; Rodrigues, 2007). Para substituir os hospitais psiquiátricos, em 2002, o Ministério da Saúde implementou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) em todo o território nacional. Esses centros têm como objetivo acolher e tratar pessoas com transtornos mentais em ambientes mais naturais, visando facilitar sua reintegração à sociedade (Amarante, 2018; Nunes, 2018). Após mais de 20 anos da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), diversos avanços foram alcançados na Política Nacional de Saúde Mental. Entre as conquistas, destacam-se a implementação da Rede de Atenção Psicossocial, o fechamento de leitos em grandes hospitais psiquiátricos, a realocação de recursos financeiros e o incentivo a estratégias de cuidado. A postura ética inclui a Redução de Danos no cuidado de pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas, visando reduzir preconceitos e estigmas (Andreani, 2021; Muraro, 2021; Savaris, 2021). Marcando o modelo psicossocial, destaca-se a mudança do papel do indivíduo em seu tratamento e reintegração social, tornando-se

ISBN: 978-65-984435-0-4

protagonista de sua própria existência. Atualmente, persiste na sociedade um considerável viés preconceituoso em relação à temática da luta antimanicomial e sua importância para a coletividade (Andreani, 2021; Muraro, 2021; Savaris, 2021). É imperativo reconhecer que, sem esse movimento, o Brasil poderia estar imerso em um contexto permeado por estigmas e violências físicas e psicológicas. A luta antimanicomial representa um significativo marco na história nacional e social, ensejando a possibilidade de reflexão sobre o passado e o compromisso de evitar sua repetição no presente e futuro.

Palavras-chave: Luta antimanicomial. Reforma psiquiátrica. Transtornos mentais. Saúde mental. Direitos humanos.

Referências

AMARANTE, PAULO; NUNES, MÔNICA DE OLIVEIRA. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 2067–2074, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018. Acesso em: 22 abr. 2024.

LÜCHMANN, L. H. H., & RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** (2007). Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAVARIS, L. E.; ANDREANI, G. K. R.; MURARO, M. E. F.; SEIXAS, S. S. Reforma psiquiátrica brasileira e a psicologia no sistema único de saúde**. CadernoS de PsicologiaS**, Curitiba, n. 2, 2021. Disponível em: https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/reforma-psiquiatrica-brasileira-e-a-psicologia-no-sistema-unico-de-saude/. Acesso em: 22 abr. 2024.

SERAPIONI, MAURO. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, n. 4, p. 1169–1187, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000400008. Acesso em: 22 abr. 2024.

[1]Graduando em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, mariaclara.55910@unifaema.edu.br

[2]Graduando em Psicologia, Centro Universitário UNIFAEMA, sthephannye.56370@unifaema.edu.br

[3]Especialista, Centro Universitário UNIFAEMA, katiuscia.carvalho@unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4

DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA ASSOCIADA AO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS.

Franciele Ferreira dos Santos[1], Jessica de Sousa Vale[2].

Em 2004 o cigarro eletrônico, desenvolvido pelo farmacêutico chines Hon Lik, foi introduzido no mercado, contudo sua popularidade foi ganhando alcance ao longo da última década, como alternativa ao cigarro convencional, marcando uma nova era no consumo de nicotina[2]. Os cigarros eletrônicos, também conhecidos como *vapes*, são canetas eletrônicas portáteis que vaporizam além da nicotina, aromatizantes e outros aditivos[4]. Esses componentes, por sua vez, são lesivos ao organismo, acarretando em lesões nas vias aéreas e parênquima pulmonar, desencadeando a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). A DPOC é caracterizada pela obstrução crônica do fluxo de oxigenação pulmonar, onde, por meio do processo inflamatório acomete os órgãos e tecidos do sistema respiratório, causando desequilíbrio homeostático, de forma indeterminada e sem cura[3]. Expor as manifestações clínicas da DPOC como resultado do uso indevido e contínuo dos cigarros eletrônicos. Estudo de revisão de literatura, com abordagem qualitativa, e busca realizada nas seguintes bases de dados: *Scielo, Google Acadêmico, Pubmed* e Biblioteca Virtual em Saúde, com recorte temporal de 2021 a 2024. De acordo com os estudos, o uso dos cigarros eletrônicos aumentou significativamente o risco de sintomas respiratórios em adolescentes chineses em Hong Kong que nunca fumaram antes[2]. Os cigarros eletrônicos causam estresse oxidativo e inflamação nas células epiteliais brônquicas e pulmonares, causando bronquite crônica e enfisema pulmonar[1]. Amostras de expectoração dos usuários de Cigarros Eletrônicos e Cigarros Tradicionais coletadas em estudo, apresentam células de defesas inatas associadas à DPOC com alterações semelhantes, evidenciando que ambos cigarros possuem efeitos semelhantes de nocividade[2]. Outro estudo evidenciou que após o uso dos vaporizadores, houve um aumento na concentração de elastase e metaloproteinase-9 pelos neutrófilos, causador da destruição do parênquima pulmonar, correlacionando com o risco de enfisema pulmonar por meio da DPOC[1]. Com a exposição de nicotina em apenas 5 minutos, ocorre a alteração na concentração do óxido nítrico (NO), afetando consequentemente o batimento ciliar, o processo inflamatório, transporte de íons e o tônus muscular das vias aéreas[1]. Embora os cigarros eletrônicos tenham surgido como métodos alternativos aos cigarros convencionais, foi comprovado que seu uso é danoso, acarretando em lesões teciduais por muitas vezes irreversíveis e sem cura, como a DPOC.

Palavras-chave: *Vaping. Electronic cigarettes*. Cigarros eletrônicos. Doença pulmonar

ISBN: 978-65-984435-0-4

obstrutiva crônica.

Referências

ARAÚJO, Alisson et al. Os cigarros eletrônicos e suas consequências histopatológicas relacionadas à doenças pulmonares. Vol. 26. Umuarama: **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, jan/abr. 2022.

JONAS, Andrea. Impact of vaping on respiratory health. **Thebmj**, 18 de julho de 2022.

LEITE, André et al. Atualizações das manifestações clínicas da doença pulmonar obstrutiva crônica: uma revisão integrativa. Vol.5. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, 12 de setembro de 2023.

VELOSO, Rodrigo et al. Os cigarros eletrônicos e a lesão pulmonar associada ao uso de produtos com cigarro eletrônico ou vaping (EVALI): um problema atual. 7994. Curitiba: **Brazilian Journal of Health Review** 24 de abril de 2023.

[1]Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário UNIFAEMA, franciele.44784@unifaema.edu.br, filiada ao grupo de estudos Determinantes Sociais em Saúde com Ênfase em Doenças Crônicas.

[2]Mestre, Centro Universitário UNIFAEMA, jessica.vale@unifaema.edu.br, orientadora do grupo de estudos Determinantes Sociais em Saúde com Ênfase em Doenças Crônicas.

EDITORA
UNIFAEMA

FALE CONOSCO

Coordenação de Extensão: extensao@unifaema.edu.br
Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: propex@unifaema.edu.br
Editora Unifaema: editora@unifaema.edu.br

Avenida Machadinho, 4349, Área de Expansão Urbana (Setor 06), Ariquemes - RO,
CEP: 76873-630
(69) 3536.6600 | www.unifaema.edu.br

ISBN: 978-65-984435-0-4